



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO CENTRAL DE MACAPÁ

MACAPÁ - AP
2017

CAIO CESAR PEREIRA DA SILVA

REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO CENTRAL DE MACAPÁ

Trabalho elaborado e apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) do curso de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Humberto Mauro de Souza Cruz.

MACAPÁ - AP
2017

CAIO CESAR PEREIRA DA SILVA

REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO CENTRAL DE MACAPÁ

Trabalho elaborado e apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Humberto Mauro de Souza Cruz

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Humberto Mauro de Souza Cruz (Orientador)
Universidade Federal Do Amapá - UNIFAP

Profa. Me. Patrícia Takamatsu
Universidade Federal Do Amapá - UNIFAP

Prof. Me. Felipe Moreira
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Data: _____ de _____ de _____

RESUMO

O presente trabalho visa a elaboração de um projeto de requalificação para o Mercado Central de Macapá para dar uma função social nova a ele sem que perca sua identidade. O método utilizado para isso será o estudo de caso com a obtenção de informações dos usuários para assim saber quais as problemáticas existentes no local, a partir disso com os resultados obtidos nas pesquisas qualitativas, elaborar um projeto com conceitos baseados em estilos arquitetônicos de mercados que seguem o mesmo ramo de atividade e também pensar na economia do Estado e em suas limitações visando uma arquitetura que valorize suas características e que faça com que o mercado se comunique com o entorno, procurar manter suas fachadas, por exemplo, que são as identidades marcantes. Espera-se que com isso a população passe a ver o mercado como um ambiente que contribui não só para a economia local, mas também para a cultura e lazer da população.

Palavras-chave: Requalificação. Mercados. Identidades. Economia.

ABSTRACT

This paper aims to draw up a rehabilitation project for Macapá Central Market to give a new function to it without losing their identity. The method used for this will be the case study to obtain user information so as to find out the existing problems on site, from that to the results obtained in qualitative research, develop a project with concepts based on architectural styles of markets They follow the same line of work and also think about the state of the economy and its limitations aiming an architecture that enhances its characteristics and that causes the market to communicate with the environment, seek to maintain their facade for example that are the outstanding identities. It is expected that with this population pass to see the market as an environment that contributes not only to the local economy, but also for culture and leisure of the population.

Keywords: Rehabilitation. Markets. Identities. Economy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MERCADO PÚBLICO DE FLORIANOPOLIS	28
FIGURA 2 – MERCADO DE CONVENT GARDEN EM LONDRES	29
FIGURA 3 – MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	30
FIGURA 4 – FOTO DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO CENTRAL DE MACAPÁ..	32
FIGURA 5 – MERCADO CENTRAL NA DÉCADA DE 1940.....	33
FIGURA 6 – MERCADO CENTRAL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 70.....	34
FIGURA 7 – MERCADO CENTRAL ANTES DO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO.	35
FIGURA 8 – MERCADO CENTRAL DE SÃO PAULO RESTAURADO.....	37
FIGURA 9 – BANHEIRO PÚBLICO DO MERCADO DE SÃO PAULO.....	38
FIGURA 10 – PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DO MERCADO DE FLORIANÓPOLIS..	39
FIGURA 11 – MERCADO DE FLORIANÓPOLIS RESTAURADO.....	40
FIGURA 12 – MERCADO MODELO DE SALVADOR.....	43
FIGURA 13 – MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA.....	45
FIGURA 14 – MERCADO CENTRAL DE BELO HORIZONTE.....	46
FIGURA 15 – FEIRA/ MERCADO DO ENTRONCAMENTO EM BELÉM-PA.....	47
FIGURA 16 – LOCALIZAÇÃO DO MERCADO NA CIDADE DE MACAPÁ.....	58
FIGURA 17 – MAPA DE SENTIDO DAS VIAS.....	58
FIGURA 18 – MAPA DE USO DO SOLO.....	59
FIGURA 19 – ARBORIZAÇÃO DO ENTORNO.....	59
FIGURA 20 – VENTILAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOLAR.....	60

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REFERÊNCIAS ECONOMICAS NO BRASIL EM 2002.....	50
QUADRO 2 – PERÍMETRO URBANO EM QUE ESTÁ INSERIDO O TERRENO... 	61
QUADRO 3 – DIRETRIZES E USOS PARA O SETOR.....	61
QUADRO 4 – INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO PARA O SETOR COMERCIAL.....	61

SUMÁRIO

1 – REFERENCIAL TEÓRICO: HISTÓRICO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DOS MERCADOS POPULARES.....	7
1.1 CONCEITOS GERAIS.....	7
1.2 SURGIMENTO DOS MERCADOS.....	8
1.3 HISTÓRIA.....	11
1.4 CARTAS PATRIMONIAIS: UM REGISTRO NORMATIVO PARA A PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS.....	12
1.4.1 A CARTA DE ATENAS.....	14
1.4.2 A CARTA DE VENEZA E SUA IMPORTÂNCIA PARA PROCESSO DO RESTAURO PATRIMONIAL.....	15
1.4.3 A CARTA DE LISBOA.....	16
1.5 TEÓRICOS DO RESTAURO.....	17
1.5.1 VIOLLET-LE-DUC.....	17
1.5.2 JOHN RUSKIN.....	19
1.5.3 CAMILO BOITO.....	20
1.6 ARQUITETURA NEOCOLONIAL.....	22
CAPITULO 2 – EXEMPLOS DE ARQUITETURA DE MERCADOS.....	25
2.1 MERCADO FECHADO COM PÁTIO INTERNO ABERTO.....	26
2.2 MERCADO COBERTO EM ESTRUTURA DE FERRO DOTADO DE LANTERNIM NA EUROPA;.....	26
2.3 MERCADOS PÚBLICOS COBERTOS DOTADOS DE TORREÕES LATERAIS.....	28
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ACERCA DO LOCAL E ESTUDOS PERTINENTES AO NOVO PROJETO.....	30
CAPITULO 4 - EXEMPLOS DE MERCADOS.....	34
4.1 NACIONAL.....	34
4.1.1 MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	34
4.1.2 MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS.....	36
4.1.3 MERCADO MODELO DE SALVADOR.....	39

4.1.4 MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA.....	41
4.1.5 MERCADO CENTRAL DE BELO HORIZONTE.....	43
4.2 REGIONAL.....	44
4.2.1 MERCADO POPULAR DO ENTRONCAMENTO DE BELÉM DO PARÁ	44
4.2.2 MERCADO DO VER-O-PESO DE BELÉM DO PARÁ.....	46
CAPÍTULO 5 - MACAPÁ SUA CARACTERIZAÇÃO E SETORES.....	48
5.1 ECONOMIA.....	48
5.2 SETOR PRIMÁRIO.....	49
5.3 SETOR SECUNDÁRIO.....	50
5.4 SETOR TERCIÁRIO.....	51
5.5 ZONA SUL.....	52
5.6 ZONA NORTE.....	53
5.7 NORMATIVAS PARA A ÁREA DO MERCADO.....	54
5.8 ANÁLISE DO TERRENO.....	55
5.9 LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, COORDENAÇÃO DE OBRAS.....	58
CAPÍTULO 6 - PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO...60	
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

A ideia de patrimônio histórico nos remete de maneira geral a elementos que possuem como característica uma longa distância dos tempos atuais, porém este conceito vem se transformando ao longo dos anos e a preocupação com o patrimônio histórico dito como recente se mostra cada vez mais importante e maior. É neste contexto que surge a preocupação com a salvaguarda do patrimônio arquitetônico moderno, estilo característico do objeto de estudo deste trabalho (Mercado Central de Macapá).

A pesquisa expõe o desenvolvimento dos conceitos de patrimônio, com foco no patrimônio edificado, abordando teorias históricas para sua preservação, conservação e restauro, além de aspectos de legislação. É com base nesta conjuntura da preservação do patrimônio, especialmente o recente que está configurada a proposta apresentada no trabalho, tendo como objeto de intervenção o prédio do Mercado municipal da cidade de Macapá.

Dado a importância do objeto, a proposta apresentada visa além da restauração física da edificação, que se encontra em estado preocupante de conservação, dar-lhe outro uso, sendo proposta a instalação de um mezanino para ampliar a capacidade de público no mercado e dar nova funcionalidade a ele.

Para a realização do trabalho foi adotado como metodologia a pesquisa bibliográfica, lançando mão da leitura e análise de livros, artigos, documentos, imagens e vídeos referentes ao tema abordado, objetivando a fundamentação do estudo exposto.

Além da revisão bibliográfica foi realizado também pesquisa de campo, por meio de visitas periódicas ao local de implantação da proposta, sendo realizados registros fotográficos, levantamento de medidas da edificação, além de identificações de danos e alterações do edifício.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO: HISTÓRICO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DOS MERCADOS POPULARES

1.1. CONCEITOS GERAIS

Os mercados são ambientes que acompanham a história e o desenvolvimento das sociedades, principalmente quando se tratava das relações de consumo que o sistema capitalista passou a impor.

De forma simples, segue um breve conceito de mercado:

O mercado é o ambiente social ou virtual propício às condições para a troca de bens e serviços. Também se pode entender como sendo a instituição ou organização mediante a qual os ofertantes (vendedores) e os demandantes (compradores) estabelecem uma relação comercial com o fim de realizar transações, acordos ou trocas comerciais (VARGAS, 2011, p. 27).

O ponto de partida para o surgimento dos mercados, se configura em seu conceito mais primitivo, foi à união de grupos de vendedores juntamente com compradores, o que permite que se articule um mecanismo de oferta e procura.

Os mercados mais remotos surgem como espaços públicos onde ocorriam as trocas, onde aqueles que tinham determinado item buscavam produtos que não possuíam. Essas trocas não tinham conotações comerciais, pois não envolviam a utilização de dinheiro, era a seguida prática do escambo.

Antes do devido aparecimento da “moeda” de troca, surgiu a troca feita por sal, seguindo que o sal era o agente determinante para a conservação de alimentos, mas somente com o surgimento do dinheiro é que os mercados passaram a desenvolver os códigos de comércio. Com a população em franca evolução, apareceram os intermediários entre aqueles que assumiam o papel dos produtores e aqueles que buscavam as mercadorias, denominados de consumidores finais.

Com o passar do tempo o conceito de mercado englobou os tipos desses espaços que se ampliaram e tornaram-se cada vez mais específicos em relação ao produto que ofertavam. Dentro da diferenciação do mercado desmistifica-se sua variação:

A economia contempla a existência de diversas classes de mercados: há mercados retalhistas, mercados grossistas, mercados de matérias-primas e mercados de ações (as bolsas de valores), por exemplo. O mercado ideal de concorrência perfeita é aquele onde nem os compradores nem os

vendedores possam interferir no preço final do bem ou do serviço trocado. Este sistema vê-se afetado ao aparecerem os monopólios ou oligopólios que fixam os preços por vontade própria (BARBIEUX, 2009, P. 35).

Em razão disso, o mercado onde a concorrência é considerada perfeita segue determinadas regras, Alves (2010) adverte que, “passando a existir um elevado número de vendedores e compradores, a homogeneidade do produto, a existência de transparência e o livre acesso à informação”.

1.2 SURGIMENTO DOS MERCADOS

Os mercados devem sua existência à formação de tudo aquilo que era considerado excedente na produção. Foram essas sobras de uns, contra as faltas de outros, ou seja, demanda e necessidade, é que houve a necessidade de intercâmbio de mercadorias, a princípio com a ação de vários grupos, sem a exigência de um lugar, onde a busca por estas mercadorias de que necessitavam era mais intensa.

A existência dos mercados foi um acontecimento histórico bastante natural onde fosse possível achar um lugar onde estivessem juntos todos os produtos que estivessem disponíveis para a população. Nesse sentido, seria importante que se trocassem seus excessos em busca de outros produtos que não houve condições de produzir. Com isto, verifica-se a importância dos mercados para os tempos modernos.

Situando historicamente na dinâmica desses mercados:

Em verdade, atribui-se à idade média, a oficialização dos mercados e feiras, tendo em vista que na época dos faraós, quer dizer, no período escravagista, bem como na fase do feudalismo, não existiam tão acirradamente os mercados, por causa da produção para auto-consumo (CEZARE 2008, p. 55).

Quando se manteve o regime escravista responsáveis pela produção dos bens de luxo para aqueles que detêm o poder, chamado de auto-consumo, também aconteceu na fase feudalista, pelo tipo de manutenção que era comum para as pessoas que viviam nos feudos, que exerciam uma espécie de escravismo.

Assim, a consolidação dos mercados ocorreu na Idade Média seguindo:

As influências das atividades comerciais de Bizâncio foram vis não somente para a Idade Média, mas até para a Idade Moderna, pois o renovado contacto comercial com o Oriente foi uma das causas principais do aparecimento de muitas cidades do Ocidente europeu e a concorrência comercial estimulou

os descobrimentos e a expansão da civilização europeia no século XVI (CELMA, 2013, p.48).

Conforme se observa esse foi o principal incentivo para que a expansão mercadológica acontecesse, resultando num cenário onde os produtos do Extremo Oriente foram distribuídos via mediterrâneo com grandes lucros, tais como especiarias, perfumes, joias e sedas, muito procurados em tal época.

Gagliano (2009) diz ainda que “a abertura para o Oriente fez com que os grandes comércios fossem implementados fundamentalmente nas cidades de Veneza, Gênova e Pisa”. Deste modo, aumentou a concorrência entre os vendedores da época das grandes aventuras em busca de compra ou vendas de produtos supérfluos e necessários, nos longínquos pontos da terra. Exemplificando que:

Com a missão dos mercadores da Idade Média, estimulou-se a transação de compra e venda, e por extensão, a formação das feiras, envolvendo drogas, musselinas, sedas, especiarias e tapetes, expostos em feiras livres. Nesta estrutura comercial, determinam-se os preços pelas forças competitivas do mercado, surgindo lentamente a concorrência entre os comerciantes medievais (CELMA, 2013, p. 45).

Na Bíblia Cristã notam-se sinais de mercados populares já no período em que Jesus Cristo viveu na terra, pois mesmo reconhecendo o quanto este era contra esse tipo de comércio. Essa prática é um sinal claro da influência dos mercados populares, na formação da era comercial dos tempos atuais sendo que aos poucos estão desaparecendo, no sentido de serem ordenados pelos Estados e não mais de ordem pública da necessidade, utilizados ainda pelos mercadores devidamente usufruídos pela população.

Os comerciantes do início da era cristã buscavam negociar seus excedentes e conseguir os produtos que lhes faltavam. Todavia, como ponto mais movimentado do povoado ou cidade onde viviam, escolheram a igreja, por ser um lugar de maior fluxo e conseqüentemente maior possibilidade de vendas de seus produtos, lá eram negociados todo tipo de produtos que a população necessitava. A história mostra que além do evento comercial, obviamente, aconteciam outros fatos obscenos que não se relacionavam com a função dos mercados populares.

Ainda na Idade Média, observa-se a importância dos mercados, em relação ao interesse que as autoridades tinham quanto a colocação de mercados em suas regiões, porque isso aumentaria o fluxo de recursos para aquele ambiente.

Por isso, ao se discutir o surgimento e organização dos mercados associam-se estes as feiras. Para tirar dúvidas é importante a informação:

Os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua maioria agrícola. As feiras, ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Nordeste e Sul (LIMA, 2009, p. 59).

Ainda, de acordo com referência a um dos mercados mais importantes daquela época, ou seja, o mercado de Champagne há o devido esclarecimento:

Todas as companhias de mercadores e também os mercadores individuais, italianos, transalpinos, florentinos, milaneses, luqueses, genoveses, venezianos, alemães, provençais e os de outros países, que não pertencem ao nosso reino, se desejarem comerciar aqui e desfrutar os privilégios e os impostos vantajosos dos mencionados mercados... podem vir sem perigo, residir e partir - eles, sua mercadoria, e seus guias, com o salvo-conduto dos mercados, sob o qual os conservamos e recebemos (ALVES, 2011, p. 55).

É necessário destacar que os mercados, desde os tempos onde eram realmente populares, foram estimulados pelos governos da localidade participantes das feiras para conseguirem seus benefícios.

Nos tempos modernos, os mercados têm diversificado ao máximo possível o seu segmento comercial, possuindo desde produtos sofisticados até mínimas coisas que a classe mais vulnerável economicamente precisa. Os mercados populares constituem realmente o princípio fundamental que define sua dinâmica de funcionamento.

Seguindo este princípio:

Ao se abordar economicamente os mercados constituem um ponto de encontro entre compradores e vendedores para trocarem seus produtos. Porém, diante das concentrações oligopolísticas e cartelizações, as feiras que hoje coincidem com os mercados, passam a ser apenas um contexto, por causa dos meios de comunicação (ALVES 2011, p. 62).

O que se nota na atualidade, não são os mercados tradicionais nas feiras mais sofisticadas, mas sim uma maneira de preservar os primeiros modos de formação dos preços. Não há como negar que os mercados populares contribuíram para o

desenvolvimento e até mesmo a formação dos grandes mercados da atualidade seguindo o oligopólio ou monopólio.

Em consequência disso, observa-se que dia após dia os mercados populares veem-se em processo de extinção que determinam preços ingenuamente, entre compradores e vendedores.

Uma boa razão para esse acontecimento é descrita por:

A falência dos mercados é devido ao que previu MARX, já no século XVIII, o poder de concentração e centralização da economia industrial, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Portanto, o movimento voluntário entre compradores e vendedores é a melhor forma do mercado atender a todos, sem prejuízo de alguém; mas, com ganhos para todos os agentes participativos da economia (GRACIOTTO, 2003, P. 49).

Na atualidade, numa sociedade caracterizada pela proliferação dos oligopólios, os mercados populares ficam em segundo plano quando se trata do convívio comercial, tendo em vista que, o que predomina hoje em dia é a formação de supermercados.

1.3 HISTÓRIA

A observação vigente de todos os mercados e feiras, no que discerne sobre sua história, determina desde o início dos campos de subsistência, até a alta produção pela necessidade do crescimento populacional e segue:

Desde a origem das primeiras aldeias primitivas até as atuais cidades modernas, os mercados populares surgiram e permaneceram de acordo com as necessidades existentes entre aqueles que residiam em seu entorno (BARBOSA, 2009, p. 29).

Conforme já visto, há a produção por crescimento populacional, modificando o módulo do mercado:

De início eram as trocas do excedente agrícola e atualmente esses mercados são movidos pela comercialização da produção direcionada ao consumidor da cidade moderna, servindo como fonte de renda ao produtor e ao comerciante. No decorrer da história, períodos distintos interferiram na formação das feiras, como é o caso da Idade Média, onde o comércio em geral ficou estagnado e apenas após as cruzadas que as feiras tomaram força novamente (ALVES, 2011, p.37).

No início do século XIX, o impulso capitalista proporcionou transformações sociais e espaciais nos centros urbanos que a cada dia recebia uma nova população provinda do êxodo rural, assim a urbanização foi intensificada juntamente com a necessidade de ampliação dos mercados populares devido à crescente demanda de alimentos para essa nova população urbana.

Na atualidade os mercados populares nos grandes centros urbanos têm sofrido um processo de extinção gradativa justamente pelo fato de que, a todo instante, surgem supermercados e hipermercados capazes de oferecer produtos à população de forma rápida e variada. Na realidade, este destaque presume:

O desaparecimento de mercados populares, tal como se concebia no passado, é o resultado do seu desuso tanto em relação a sua estrutura quanto sua função. Assim, pode-se afirmar que ao sofrer um processo de contínua extinção os mercados populares, geralmente mantidos pelo Executivo estadual e municipal, dão lugar a presença de outras formas de abastecimento, mais modernas e estimuladas pela iniciativa privada (FROTA 2009, p. 55).

Reconhecendo esse cenário, onde os mercados populares estão praticamente em desuso, surge a proposta de projetar um mercado popular que venha a agregar no mesmo espaço/estrutura os produtos ofertados por vendedores de hortifrutigranjeiros, alimentos frescos (carne, peixe, frango), comerciantes de artesanato, ou seja, trabalhadores do comércio informal que necessitam de um espaço que permita a comercialização direta com o povo a um preço mais acessível a população com menor poder aquisitivo e que, ao mesmo tempo, possa dialogar com outras formas comerciais mais modernas.

1.4 CARTAS PATRIMONIAIS: UM REGISTRO NORMATIVO PARA A PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

As cartas patrimoniais, em termos objetivos, são documentos elaborados por uma comunidade de especialistas e organismos nacionais e internacionais que trabalham com a preservação de patrimônios culturais, e representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais.

O estudo das transformações que a noção de patrimônio histórico sofreu ao longo do tempo mostra que esta noção é produto de uma construção histórica. A preservação do patrimônio histórico, que é conhecida hoje, possui raízes remotas, que

podem remontar, no mínimo até o Renascimento. Este conceito alcançou sua atual configuração recentemente, com a inclusão de uma série de categorias de patrimônio. Mas apesar de ter se modificado nos últimos dois séculos, a noção de patrimônio histórico apresenta, ao longo de toda a era industrial, a permanência de alguns conceitos-base. Suas várias nuances seriam permeadas pelos mesmos tipos de questões.

Considerando que, em todas as épocas, o homem algumas vezes submeteu a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios que fazem parte do quadro natural de sua vida a atentados que empobrecem o patrimônio cultural [...]; considerando que [...] as civilizações modernas aceleraram este fenômeno, que, até o século passado havia sido relativamente lento [...] (CURY,2000, p. 81).

Assim, os modos de vida e de trabalho tradicionais foram transformados pela indústria e que a metrópole é um ambiente urbano diferente da “cidade histórica”, os teóricos da era industrial atribuiriam a essas mudanças uma conotação negativa. Seus discursos encerrariam uma condenação generalizada do presente, onde a técnica aparece como elemento de perturbação, que desestrutura o ambiente, destrói a natureza, desorganiza os modos de vida, transforma o mundo para pior.

O binômio, cidade tradicional/metrópole, estaria permeado, por um julgamento de valor, a partir do qual a cidade tradicional é vista como depositária de valores humanos positivos, enquanto a metrópole aparece como espaço físico de todos os males da sociedade industrial. Sob esta ótica é que a metrópole e a cidade tradicional estariam presentes nas Cartas Patrimoniais produzidas pelos órgãos internacionais de preservação ao longo do século XX.

Nas Cartas Patrimoniais, para CURY (2000), fica evidente a preocupação em definir a própria noção de monumento e de seu entorno, mais tarde, observa-se que a proteção é estendida aos conjuntos arquitetônicos; numa etapa ainda posterior, dá-se ênfase aos aspectos ligados ao urbanismo, ao uso, a integração com outras áreas e a inserção da preservação em todos os planos de desenvolvimento.

Como as Cartas Patrimoniais norteiam diretrizes para noções de uso do patrimônio, torna-se necessário que sejam apresentadas algumas das cartas mais importantes que auxiliem essa compreensão.

1.4.1 A CARTA DE ATENAS

A carta de Atenas surgiu no Encontro Internacional dos Museus em outubro de 1931 (CURY, 2000), onde se constatou que nos diversos Estados representados predominava uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido à deterioração ou destruição, a conferência recomendou que se respeite à obra histórica e artística do passado, sem prejudicar, o estilo de nenhuma época.

A Carta recomenda a permanência de uma utilização dos monumentos, que garanta a ininterruptão de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico artístico.

Quanto à administração e legislação dos monumentos históricos, a Carta de Atenas evidencia que a finalidade das legislações é de proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, pertencentes às diferentes Nações. Assim, a partir do momento em que a tendência geral dessas legislações fossem aprovadas, esperava-se que elas fossem adaptadas às circunstâncias locais e à opinião pública.

A Carta de Atenas (1931) recomendou respeito ao caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Devendo também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar a caráter antigo.

A melhor forma de assegurar a conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos. Essa atitude pode ser incentivada por uma ação apropriada dos poderes públicos. Com relação ao papel da educação e o respeito aos monumentos pode-se afirmar de acordo com a Carta de Atena que os educadores deveriam habituar a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda civilização.

A este respeito:

A conferência emite o voto de que:

1º Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidas competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações;

- 2º Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos aos seus monumentos históricos;
- 3º cada estado deposite no Escritório Nacional dos Museus suas publicações;
- 4º O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos;
- 5º “O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas (CURY, 2000, P. 17).

Desta maneira a Carta de Atenas elaborada em 1933 influenciou profundamente as cidades, mostrando como os Estados deveriam agir para que os monumentos históricos pudessem ficar na memória da cidade.

1.4.2 A CARTA DE VENEZA E SUA IMPORTÂNCIA PARA PROCESSO DO RESTAURO PATRIMONIAL

A Carta de Veneza surgiu no Encontro Internacional de Arquitetos Restauradores, ocorrido em maio de 1964, tornando-se base para muitas restaurações. O documento foi elaborado para servir de base na criação de documentos mais específicos para cada região.

Torna-se fundamental que o princípio de restauro e conservação seja elaborada a partir de um plano e consonância internacional, mesmo que seja dever de cada nação aplicar no contexto de sua própria cultura e tradição.

Artigo 1º a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CURY, 2000, p.92).

A carta menciona que em alguns projetos, as técnicas tradicionais de conservação e restauração podem tornar-se inadequadas, portanto, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de técnicas modernas de conservação e construção, em que a eficácia tenha sido demonstrada e aprovada cientificamente. E ainda, considera importante que o julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado, não devem depender apenas do autor do projeto.

A Carta de Veneza também estabelece em seu artigo 16 que:

Documentação e publicação: Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração

de uma documentação precisa, sob a forma de relatório analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação (CURY, 2000, p.95).

Assim, a Carta de Veneza passa a ser um elemento teórico fundamental, propondo que os projetos restaurativos sigam diretrizes internacionais e até as suas adaptações e correções regionais. Fazendo-se utilizar da publicação e elaboração de documentos durante o processo de restauro, valorizando os elementos originais e integrando os novos harmonicamente ao conjunto, diferenciando-se dos existentes para que a restauração não apresente características de falsificação.

1.4.3 A CARTA DE LISBOA

A Carta de Lisboa surgiu no primeiro encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, em outubro de 1995. A Reabilitação integrada constitui-se um apoio inovador para a preservação e vivificação do patrimônio cultural das cidades. O patrimônio histórico mantém relações sociais com a cidade, garantindo para a edificação uma identidade.

A Carta utiliza técnicas variadas, atribuindo os seguintes conceitos:

Reabilitação urbana: É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

Revitalização urbana: Engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

Restauro de um edifício: Obras especializadas, que têm pôr fim a conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história.

Conservação de um edifício: Conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e a prevenir a degradação de um edifício, que incluem a realização das obras de manutenção necessárias ao correto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício.

Manutenção de um edifício: Série de operações que visam minimizar os ritmos de deterioração da vida de um edifício e são desenvolvidas sobre as diversas partes e elementos da sua construção assim como sobre as suas

instalações e equipamentos, sendo geralmente obras programadas e efetuadas em ciclos regulares (CARTA DE LISBOA, 1995).

No entanto, a Carta de Lisboa tem como alvo, para além de explicar uma linguagem comum, com as necessárias adaptações nacionais, o estabelecimento dos grandes princípios que deverão dar rumo às intervenções, bem como suas formas de aplicação. Ou seja, suas técnicas orientam o processo restaurativo, não apenas centralizando no objeto, mas em todo seu entorno e até mesmo na cidade.

1.5 TEORICOS DO RESTAURO

1.5.1 VIOLLET - LE - DUC (1814-1879)

Foi um arquiteto francês e um dos primeiros teóricos do restauro. Tinha gosto pelo gótico em relação ao classicismo e foi um dos responsáveis pelo reconhecimento do mesmo como uma das mais importantes etapas da história da arte ocidental. Viajou para Itália em 1836 influenciado pelo arquiteto Henri Labrouste, voltou à Paris, onde passou a trabalhar na comissão encarregada da preservação dos monumentos históricos, e isso tinha uma importância dada à dimensão social e econômica da arquitetura para ele pois tinha a intenção de refazer as obras incompletas, a fim de conferir coerência e lógica ao organismo.

Seu principal objetivo era restaurar o estilo gótico, e assim ele ganhou fama com a restauração de monumentos como a Sainte-Chapelle e a catedral de Notre-Dame, em Paris. Supervisionou ainda a recuperação de inúmeros prédios medievais, como a catedral de Amiens, as muralhas de Carcassonne e a igreja de Saint-Sernin, em Toulouse (Mugayar, 2000, p. 15).

Assim Le-Duc sempre procurava entender a lógica da concepção do projeto até porque estas dariam respostas parecidas com a que foi pensada inicialmente (Mugayar, 2000). Não se contentava em fazer uma reconstituição hipotética do estado inicial e sim buscava a pureza do estilo.

Conceito de restauração segundo Viollet - Le – Duc

Segundo (Mugayar, 2000, p.29) Le-Duc afirmava que, “restaurar um edifício não significa conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, mas sim repor na totalidade a sua forma antiga, mesmo que nunca tenha sido assim”. A autora ainda ressalta que é necessário se colocar no lugar do arquiteto que planejou inicialmente a obra e pensar o que ele faria se tivesse diante do problema.

O arquiteto teve uma de suas instruções técnicas publicada em 1849 sobre a restauração de edifícios diocesanos, elaborada em parceria com Merimée: recomendações de manutenções periódicas para evitar restaurações, além do modo de fazer levantamento, analisar e verificar as causas mais comuns de degradação, maneiras de talhar pedras e fazer rejuntas, técnicas medievais, e indicações de como restaurar um edifício.

Não se contenta em fazer uma reconstituição hipotética e busca a pureza do estilo (faz reconstituição daquilo que teria sido feito, uma reformulação ideal do projeto).

Posição absolutamente contrária à de Ruskin: este faz grandes críticas às restaurações e defendia o total respeito pela obra original, que considerava as transformações sofridas no decorrer do tempo, e a única coisa que deveria ser feita era a conservação, para evitar degradações, ou, até mesmo a de pura contemplação.

O ponto de vista de restaurador de Viollet-le-duc deve ser analisado dentro do contexto no qual foi produzido: um momento de redescoberta e de grande apreciação das qualidades da arquitetura medieval.

A forma incisiva e invasiva de Viollet-le-duc atuar sobre um monumento acabou por condenar sua forma de intervenção: tornou-se o vilão da história. Suas ações entram em sua defesa: cada intervenção/restauração feita diz respeito à sua crença em determinadas premissas (mais aprofundadas em exemplos dados no verbete restauração), sendo estas refutadas por outros arquitetos que tinham outros princípios norteadores. Pela antipatia criada em relação às obras como restaurador, muitas vezes deixou-se de apreciar a coerência de suas formulações teóricas, aspectos inovadores e muitos ainda atuais.

Um exemplo de restauração polêmica é a da igreja de Saint-Sernin de Toulouse que um dos princípios de Le-duc dos mais controvertidos (desrespeitar um estado existente para voltar a um estágio anterior ou a um estado mais correto), foi usado contra Viollet-le-duc. Das mudanças que haviam sido feitas por ele no século XIX, a maior foi a supressão das adições góticas para se obter um românico puro. Numa recente "desrestauração" optou-se por voltar à forma anterior à restauração baseados em desenhos do próprio Viollet-le-duc, onde nem todos os elementos foram reconstituídos segundo a documentação possível, não podendo deixar de haver alterações em relação ao estado pré-Viollet-le-Duc.

1.5.2 JOHN RUSKIN (1819- 1900)

Monteiro, (2009) discorre que Ruskin nasceu em Londres em 1819 e foi um dos principais teóricos da preservação dos monumentos do século XIX, trabalhou como professor em 1869 e lecionou por dez anos até que em 1879 apresentou problemas na saúde mental e assim abandonou a carreira. Segundo Lira (2006), as crises de depressão e esquizofrenia que o afastaram da sua carreira de professor acabariam levando-o à morte em 1900.

Segundo Pinheiro (2008), Ruskin teve uma educação muito severa e bastante solitária, estudou profundamente o Livro Sagrado, o que transparece em muitos de seus escritos, nem sempre em forma de citações diretas, mas também pelo tom moralista e dogmático.

O teórico propunha uma reconciliação entre arte e vida, trabalho e prazer. A arquitetura era vista por ele como expressão da vida humana, de seu intelecto, alma e poder corporal, e por isso deve ser preservada como a memória de uma época (Lira, 2006).

John Ruskin desenvolveu as principais teorias de preservação e restauração de monumentos no livro *As Sete Lâmpadas da Arquitetura* (Pinheiro, 2008), publicado em 1849 em uma Inglaterra marcada pelo período do desenvolvimento industrial (Lira, 2006). O livro é dividido em sete capítulos, que obedecem ao que o autor denomina de as sete lâmpadas, ou “leis” que a arquitetura precisaria adotar, são elas: sacrifício, verdade poder, beleza, vida, memória e obediência.

De acordo com Monteiro (2009), as obras de Ruskin até hoje se apresentam relevantes para o cenário da arquitetura atual. Apesar de todo o romantismo de sua época em seus textos, o teórico tornou-se importantíssimo para as referências teóricas da conservação e da restauração.

Segundo Ruskin (2008), pode-se considerar um mau presságio para um povo quando as suas casas são edificadas para durar apenas uma geração. Para ele as residências são sagradas e todo homem deveria honrar a casas de seus pais, pois lá estão suas alegrias e tristezas vividas por eles. John Ruskin faz ainda estimas sobre a preservação de edifícios públicos, que para ele deve ser ainda mais precisa. Quanto aos adornos, Ruskin assegura que é imprescindível que eles tenham um sentido, especialmente nas edificações cívicas.

É preferível a obra mais rude que conta uma história ou registra um fato, do que a mais rica sem um significado. Não se deveria colocar um único ornamento em grandes edifícios cívicos, sem alguma intenção intelectual (RUSKIN, 2008, p. 36)

Ao ponderar sobre a preservação dos monumentos, Ruskin (2008) assegura que eles devem ser conservados, mas se coloca contra a restauração. Ele afirma que a restauração é uma das muitas formas de destruição do monumento. Sua teoria deu origem ao movimento *Anti-Scrape* ou Antirrestauração.

Ruskin se apresenta a favor da conservação, pois afirma que se os monumentos forem conservados sempre, não precisarão ser restaurados.

Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los. Algumas chapas de chumbo colocadas a tempo num telhado, algumas folhas secas e gravetos removidos a tempo de uma calha, salvarão tanto o telhado como as paredes da ruína. Zele por um edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a qualquer custo, de todas as ameaças de dilapidação. Conte as suas pedras como se fossem as joias de uma coroa; coloque sentinelas em volta dele como nos portões de uma cidade sitiada; amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apoie-o com escoras de madeira onde ele desabafar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra. Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória (RUSKIN, 2008, p. 58)

Nesse trecho Ruskin afirma que existem diversas formas de conservação de um edifício e que um dia certamente ele virá a ruir, porém o importante é que a edificação não seja descaracterizada com restauros.

Ruskin (2008) ainda afirma que não existe a opção por preservar ou não os edifícios do passado, que não é uma questão de conveniência ou simpatia. Para ele os homens de hoje não têm direito de tocá-los, pois não os pertence, os edifícios pertencem a quem os construiu e a todas as gerações da humanidade.

Para Monteiro (2009), John Ruskin, mesmo apresentando teorias puritanas relacionadas à época em que viveu, ainda se apresenta atual, sobretudo em relação as suas teorias da conservação e preservação dos monumentos. Desta maneira, suas teorias se tornaram extremamente importantes para a discussão de arquitetura e patrimônio arquitetônico atual.

1.5.3 CAMILO BOITO (1835-1914)

O arquiteto nasceu em Roma em uma família que teve grande prestígio intelectual e artístico. Foi o filho primogênito do pintor Silvestro Boito e da condessa polonesa Gioseppina Radolinska (BOITO, 2003).

De acordo com BOITO, (2003), foi arquiteto formado pela academia de Belas Artes de Veneza em 1849, restaurador, crítico, historiador, professor e teórico, e foi imprescindível na concepção de uma nova cultura arquitetônica na Itália. Sua participação na arquitetura e restauro foi consideravelmente notável e pode se dizer que está entre Le-Duc e Ruskin.

Se consagrou no estilo neoclássico, que já era característico da academia de seus mestres, mas posteriormente adotou ideias difundidas por Pietro Selvatico Estense, a qual procurou introduzir o estudo da arte medieval da Itália vista por ele como uma expressão autêntica de seu povo, em contraposição ao ensino, que considerava aberrante, das velhas escolas (BOITO, 2003).

Depois de se formar na academia ele começou a trabalhar como professor e em 1856 iniciou suas viagens de estudos a Roma e a Florença, finalmente se estabeleceu em Milão onde vivia seu irmão. Ele desenvolveu também atividade como arquiteto restaurador.

Desde o início dos anos 1850 foram criados instrumentos legais para a proteção de monumentos da região de Veneza e Selvatico assumiu papel proeminente. Nesse contexto, Boito foi encarregado em 1858 de restaurar a basílica de Santos Maria e Donato em Murano, que fora consagrada em 999, e que passou por sucessivas transformações (BOITO, 2003, p. 13).

Boito colaborou diretamente para a criação das diretrizes modernos de restauração, na medida em que defendia o respeito à matéria original da pré-existência, a reversibilidade e a distinção das intervenções, o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção, a manutenção de acréscimos de épocas passadas entendendo-as como parte da história da edificação, assim como harmonizar as arquiteturas do passado e do presente a partir da distinção de sua materialidade (BOITO, 2003).

Ele defendeu suas teorias de restauração em arquitetura utilizando a pintura e escultura como exemplo concreto das particularidades de cada área, de forma que admitissem a mesma importância. Alertou que mesmo o restaurador possuindo

conhecimento pleno dos estilos da arte e da arquitetura, ele deveria buscar nos documentos originais da obra, as fontes primárias para sua proposta de intervenção, infringindo o mínimo possível de ações (POZZOBOM, 2012).

Concluiu sua tese defendendo que as intervenções deveriam conservar nos monumentos o seu velho aspecto artístico e pitoresco entendendo isso como respeito à materialidade do objeto. E a partir de seus pensamentos foi feita a distinção precisa entre o significado de restaurar e conservar. Chamando atenção que conservação periódica seria instrumento eficaz de preservação, e que as restaurações só deveriam ser feitas quando necessárias. E que os complementos feitos a obra, quando necessários, deveriam demonstrar ser contemporâneas diferenciando-se do material original.

1.6 ARQUITETURA NEOCOLONIAL

O termo neocolonial, segundo Natal (2013), foi usado na maioria dos países da América Latina, no começo do século XX, para designar aqueles movimentos que pregavam o retorno de uma tradição arquitetônica autenticamente nacional. Acreditava-se que estas tradições teriam começado quando esses países ainda era colônia de Portugal e de Espanha.

Carlos Kessel discorre em seu artigo: “Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial No Brasil” sobre o nascimento desse estilo

Nascido da reação contra o ecletismo dominante nos primeiros anos deste século, o neocolonial encontrou sua justificativa na ânsia de buscar, nas formas construtivas tradicionais do Brasil, uma arquitetura que pudesse ser definida como genuinamente autóctone (KESSEL, 1999, p. 65).

De certa forma o movimento propunha a retomada das épocas de ouro pela criação de estilos arquitetônicos que referenciassem os elementos da arquitetura colonial (NATAL, 2013). O Neocolonial seria mais do que um resgate de formas do período colonial, seria a busca de identidades, maneira de revisar a cultura e de criticar o modelo europeu (CARVALHO, 2002).

Kessel ainda fala que as construções que ganharam características do novo estilo inspiradas nas obras de José Mariano:

A produção construída do neocolonial ganhou visibilidade a partir da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, realizada em

1922 no Rio de Janeiro. Vários pavilhões foram erguidos de acordo com os cânones do estilo, que logo seria adaptado a igrejas, escolas e residências e conquistaria posições por meio de concursos públicos de projetos que buscavam, sob a inspiração de José Marianno, recuperar elementos presentes nas antigas casas senhoriais do Nordeste e nas igrejas barrocas de Minas Gerais (KESSEL, 1999, p. 66).

Natal (2013), ressalta a importância do estilo ser originalmente brasileiro e enfatiza que os estilos importados da Europa, nesse sentido, só seriam autênticos se praticados em solo europeu; transplantados ao Brasil, perderiam sua razão e seu sentido.

Ainda referenciando as ideias de Natal (2013) que acredita que o modelo arquitetônico brasileiro seria o português colonial, e de acordo com ele os elementos seriam reutilizados nas construções neocoloniais. A casa neocolonial seria mais apropriada às cidades brasileiras do que as construções ecléticas, os bangalôs, os chalés, os arranha-céus, presentes na Europa e Estados Unidos.

Natal fala sobre as características ideias para a casa que deveria ser construída no Brasil:

Perfeitamente adaptada à natureza e às necessidades da raça, a casa neocolonial, com sua estrutura simples e plácida, exigiria menos recursos para ser construída e proporcionaria maior conforto. Enquanto as edificações estrangeiras não serviriam para combater o calor, a chuva e os ventos dos trópicos, as casas neocoloniais, com suas paredes grossas, alpendres, rótulas e telhados de leve inclinação, ofereceriam um espaço de plena comodidade (NATAL 2013, p.64).

O neocolonial é uma reação de vanguarda ao que era visto como excesso de estrangeirismo eclético na arquitetura que se fazia no Brasil do início do século XX, porém transmuta-se em resistência ao modernismo calcada ideologicamente no tradicionalismo conservador (KESSEL, 1999).

Existiam duas vertentes nas características estilísticas, uma de Ricardo Severo, que usava os elementos decorativos do período colonial em harmonia compositiva, tinha conhecimento erudito do passado e inseria-se na academia de Belas Artes e a outra de Vitor Dubugras, que defendia as misturas de estilos e ecletismo.

Entretanto para se reconhecer uma edificação neocolonial de acordo com CARVALHO, (2002), deve-se atentar a área frontal em forma de arco quase sempre com a presença de aduelas salientes de pedra, paredes com superfícies irregulares, frontões em arco ou triangulares cobertos por telhas, pequenos painéis de azulejos ou então isolados e chaminés com pequenos arcos.

Os principais nomes de profissionais que se renderam ao estilo segundo (CARVALHO, 2002), foram, Ricardo Severo, Victor Dubugras, José Mariano e os Cariocas e Lucio Costa, com obras por todo o Brasil que ganharam espaço nas cidades e no gosto do brasileiro.

CAPÍTULO 2 – EXEMPLOS DE ARQUITETURA DE MERCADOS

Quando se discute a arquitetura de mercados o interesse maior deve ser o de descrever com a maior aproximação possível as características arquitetônicas destes espaços, em harmonia com os modelos e teorias projetadas por grandes paisagistas, urbanistas e arquitetos.

Especificamente no Brasil os marcadores ou características tipológicas e construtivas de muitos mercados públicos, ao longo do século XIX e início do XX, seguiram uma metodologia técnica construtiva comum às práticas operativas de clara tendência artística ou urbana, destacando que:

Durante o século XIX e início do XX, ocorreu uma grande incidência de surtos epidêmicos nas cidades, tornando a investigação sobre a saúde pública um objetivo essencial para a compreensão da temática abordada. Além de entender as teorias e as concepções higienistas presentes no período, a ideia do estudo foi compreender como estas teorias marcaram a prática dos profissionais do campo da engenharia e da arquitetura (VIEIRA, HAGE 2009, p. 67).

Um estudo analítico dos projetos arquitetônicos para mercados públicos no século XIX e primeiras décadas do século XX, não pode vir antes de uma classificação tipológica, pois os arquitetos, engenheiros e engenheiros-arquitetos do século passado trabalhavam do ponto de vista do projeto, a partir de conceitos arquitetônicos importados da Europa.

Analisando os conceitos arquitetônicos para mercados populares no século XX, há o argumento:

O tipo se configura como um esquema deduzido através de um processo de redução de um conjunto de variantes formais a uma forma-base comum. Se o *tipo* é o resultado desse processo regressivo, a forma-base que se encontra não pode ser entendida como mera moldura estrutural, mas como estrutura interior da forma ou como princípio que implica em si a possibilidade de infinitas variantes formais, e, até, da ulterior modificação estrutural do tipo mesmo (ALVES 2013, p. 72).

Assim, em relação ao tipo de projeto e a arquitetura de mercado, estes podem ser classificados como:

2.1 MERCADO FECHADO COM PÁTIO INTERNO ABERTO

Entre o final do século XIX e início do século XX havia muitos exemplos da tipologia arquitetônica para mercados fechados com pátio interno aberto:

Ao expor este tipo de mercado o autor faz referência a alguns mercados antigos da Europa, especialmente os mercados das cidades de Amiens e Florença. Segundo o autor, estes mercados possuíam plantas simétricas de forma quadrada e retangular, além de terem um pátio interno descoberto composto por um conjunto de arcadas nas laterais, apresentando fachadas em estilo neorromânico (DURAND, 2002, p. 59).

Figura 01: Mercado Público de Florianópolis, 2016.



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos>

Na realidade, essas construções eram projetadas, tendo como modelo a tipologia adotada ainda na Antiguidade, através das linhas e acabamentos que remetem aos mercados públicos da Era Romana, especificamente os átrios dessa antiga potência.

2.2 MERCADO COBERTO EM ESTRUTURA DE FERRO DOTADO DE LANTERNIM NA EUROPA

Outra arquitetura de mercado utilizada com frequência no século passado estava associada ao uso variado do ferro como material de construção. Baltarde Callet

(2001, p. 62) observam que “a vantagem de utilizar construções em metal se dava quando se podia repetir diversas vezes a mesma forma, como para o caso das indústrias e das estações ferroviárias”.

Nesse período o ferro passou a receber maior atenção no momento de se decidir o material mais apropriado para a construção de mercados populares:

Há um momento na História em que o ferro passa a ser empregado com tão diversificados fins, dentre eles a construção de edifícios, que é inevitável o registro desse material como um fator essencial para as transformações de toda ordem por que passou a sociedade. Este momento é o século XIX (SILVA 2009, p. 53).

Uma vez utilizado o ferro, muitas vantagens passaram a ser observadas nas construções dos mais variados edifícios. Dentre esses benefícios, pode-se mencionar a quantidade na produção deste tipo de material, ou seja, a produção em série e o barateamento do custo de sua produção.

Figura 02: Mercado de Convent Garden em Londres, 2016.



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos>

A utilização do ferro na fabricação dos mais diversos utensílios e máquinas fez despertar a especulação em torno de suas potencialidades estruturais e sobre sua capacidade de substituir, com vantagem, outros materiais até então utilizados nos

mais variados ramos da atividade humana. Assim, o ferro passou a ser utilizado com mais intensidade na arquitetura.

Conforme Silva (2009, p. 55) acrescenta que “o critério a ser utilizado para tentar uma classificação tipológica da arquitetura do ferro é aquele que considera, essencialmente, a função a que se destina o edifício”.

Com a Revolução Industrial e conseqüentemente com o surgimento e a aplicação do ferro nas construções, houve a possibilidade de se construir os mercados públicos com maiores vãos, para assim, abrigar maior número de boxes internos, sendo estes edifícios cobertos em estrutura de ferro e também dotados de lanternim (MATOS, 2010, p. 33).

No contexto brasileiro, existem muitos mercados que foram projetados e construídos tendo como uma de suas matérias-primas o ferro, sendo bastante recorrente uma proporção entre a dimensão da cidade e número de pavilhões construídos.

2.3 MERCADOS PÚBLICOS COBERTOS DOTADOS DE TORREÕES LATERAIS

Outra arquitetura de mercado que foi prevalecte no século passado são os que foram construídos utilizando o sistema construtivo misto, ou seja, na execução destes edifícios foram utilizados alvenaria de tijolos de barro maciços e estrutura em ferro e madeira.

Figura 03: Mercado Municipal de São Paulo, 2016.



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos>

Bechara (2008) diz que “a estrutura destes edifícios era composta por colunas de ferro, os fechamentos externos em alvenaria e a trama estrutural da cobertura era executada em tesouras de madeira.”

Além destes edifícios apresentarem sistema construtivo misto, um diferencial que chama a atenção e que faz parte da composição volumétrica dos mesmos são os torreões. Os torreões eram executados nas laterais, das quais, os mesmos eram mais altos, destacando-se em relação à volumetria geral da edificação.

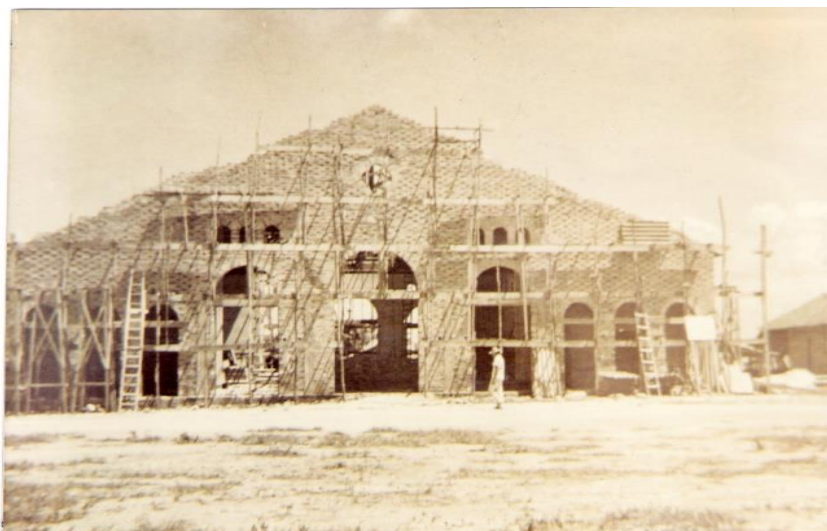
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ACERCA DO LOCAL E ESTUDOS PERTINENTES AO NOVO PROJETO.

Ferreira (2007) relatou que após transferir a capital do Território Federal do Amapá do município de Amapá para a cidade de Macapá, o então governador Capitão Janary Gentil Nunes, idealizou criar uma central de abastecimento de alimentos em Macapá, pois, até então os estabelecimentos existentes na cidade, além de serem pequenos, eram também sem condições sanitárias adequadas para a época, e gerando segundo Janary dificuldade de acesso para os moradores.

A partir dessa situação é que o governo do território criou um mercado que ficasse localizado na região central da cidade, de simples acesso aos habitantes da cidade de Macapá:

Janary, como era chamado por muitos a época de sua gestão, identificou um campo de futebol, localizado nos arredores da Fortaleza de São José e destinou essa área para a construção do mercado municipal, foi que se deu a construção e culminado com a sua inauguração em 13 de setembro de 1954 (SILVA 2008, p. 75).

Figura 04: Foto da construção do Mercado Central, 1952.



Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2010/04/mercado-central-de-macapá.html>

O Mercado Central passou a atender a população na comercialização de carne bovina, suína, verduras e legumes. De acordo com SILVA (2008) “até o início da década de 1960, o único acesso era realizado por meio de passarelas de madeira da Rua Cândido Mendes”. Tornara-se comum as pessoas se dirigirem ao mercado

durante as madrugadas para aguardarem o início das vendas, que ocorria a partir das cinco horas da manhã.

Figura 05: Mercado Central na década de 1940.



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado, 2016.

Logo após a inauguração do Mercado Central a pecuária regional ainda estava em processo de desenvolvimento. Já na década de 1960 a pecuária cresceu e o fornecimento de carne passou a atender a população, com ajuda de um projeto Federal:

Em 1953, o Governo Federal criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Este projeto serviu como o primeiro incentivo ao desenvolvimento das produções: extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial do Território e, em consequência, trouxe melhores condições de vida para a população (MORAIS, 2009, p. 09).

Com a transformação do Amapá em Estado começaram a surgir outros pontos de venda nos bairros da capital. Necessidades crescentes induziram a iniciativa privada a ampliar a comercialização de carne além de outros produtos fundamentais à manutenção da população. Perante esse aumento natural do setor privado, o Mercado Central perdeu importância.

Foto 06: Mercado Central no início da década de 1970.



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado, 2016.

Silva (2008) afirma que “até os anos 1970, o Mercado Central exerceu sua função, por ter sido a referência do segmento informal de comercialização de alimentos, especialmente de carne e de peixe”, afinal o mercado de peixe foi incorporado ao complexo do mercado central ao ser construído na gestão do prefeito Cleiton Figueiredo, na década de 70. Nesse período foram edificadas os mercadinhos do governo nos bairros da Favela, Laguinho e Trem. Mas a população preferia ir ao Mercado Central que possuía melhores opções. Funcionavam também na edificação, uma farmácia, uma barbearia, uma sapataria, restaurantes, vendas de secos e molhados.

A cidade cresceu e para os moradores da periferia ficou difícil se deslocar até a zona do comércio para a compra do alimento diário. Surgiram nos bairros os primeiros açougues particulares e feiras livres para o comércio de frutas e legumes.

Segundo Silva (2008), além dos poucos açougues “funcionam no Mercado pequenos restaurantes, frequentados pelos trabalhadores informais do entorno”. Na parte externa estão a barbearia e o Bar du Pedro, que funciona desde 1962. O bar foi a primeira e única atividade do paraense Pedro Nery, que passou a administração do negócio para o filho.

João Silva há 50 anos atrás era uma criança, mas lembra com muita propriedade das pessoas cedo caminhando em direção ao mercado, as vezes bem trajadas, afinal não deixava de ser um ponto de encontro dos

moradores da cidade de Macapá, razão de ser um único ponto estratégico de comercialização, sobretudo de carne bovina (SILVA, 2008, p, 17).

nFigura 07: Mercado Central antes do processo de revitalização.



Situação atual do Mercado Central (2005).
Fonte: Secretaria de Cultura do Estado

O Mercado Grande foi perdendo a finalidade, apesar de ganhar a companhia do comércio informal, com a chegada de vendedores ambulantes, lojinhas de confecções, sapatarias e camelôs.

Este tipo de patrimônio, portanto, deve ser mantido não como uma simples construção que está atrapalhando o "progresso" de nossa cidade e sim como mais uma obra que ajudará a nós e a nossa posteridade a compreender melhor nossa história.

O Mercado Central se constituiu em um riquíssimo Patrimônio para o povo do Amapá, pois não somente representa uma fonte para estudos arquitetônicos, mas, principalmente, por ter sido um local onde aglutinou uma riquíssima diversidade de identidades amapaenses. Não se pode simplesmente deixar de lado tamanha construção para que se atenda a objetivos estritamente comerciais. Existem diversas maneiras de se valorizar uma obra como está sem sacrificar a memória cultural.

CAPITULO 4 - EXEMPLOS DE MERCADOS

4.1 NACIONAL

4.1.1 MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

O Mercado Municipal de São Paulo, (Figura 8), inaugurado em 1933, é conhecido como um grande atrativo comercial de atacado e varejo. Sua principal função se refere à comercialização de frutas, cereais, verduras carnes, temperos e outros produtos alimentícios.

Em 1924, com o crescimento da cidade foi aprovada a lei que autorizou a construção do novo mercado municipal. De acordo com o site da prefeitura de São Paulo o responsável pela construção foi o arquiteto português Francisco de Paulo Ramos de Azevedo cujo escritório elaborou também os projetos do teatro Municipal, Palácio das indústrias, Pinacoteca, Correios e o Colégio Sion.

O prédio possui fachadas ricas em detalhes, nas colunas e paredes diversos ornamentos e esculturas. Claraboias, vitrais juntamente com uma parte da cobertura é de vidro e criam uma luminosidade natural complementando o conjunto. Os vitrais são uma obra de arte a parte e foram executados pelo artista russo Conrado Sogerncht Filho (Historia com Gosto, 2005). Neles se podem ver o trabalho dos colonos nas tarefas de cultivo e colheita e também na criação de gados e aves.

O site da prefeitura ainda afirma em seu portal da história do mercado que ele ficou pronto em 1932, mas devido a Revolução Constitucionalista os primeiros produtos guardados foram armas e munições. Finalmente em 25 de janeiro de 1933 o Mercado foi inaugurado com uma área de 12.600 m² quando a cidade de São Paulo já contava com uma população de cerca de um milhão de habitantes (História com Gosto, 2005).

Freitas (2005, p. 68) retifica que “no ano de 2004, houve uma grande reforma naquele mercado, em que os principais pontos que receberam atenção relacionavam-se à infraestrutura do prédio, e a adequação do mesmo a novos usos”.

Figura 08: Mercado central de São Paulo restaurado.



Fonte: www.arcoweb.com.br

O prédio, porém, não havia passado ainda por nenhuma grande reforma, e em virtude disso, a prioridade inicial abordada se referia a infraestrutura do mesmo, que estava em situação precária. As instalações eram realizadas quando consideradas necessárias, sem o acompanhamento de profissional especializado, usando na maioria das vezes o improvisado.

O que se observava era uma grande quantidade de fios expostos e ligações clandestinas, além de esgotos sem tratamento, o que comprometia os aspectos higiênicos e a qualidade dos serviços oferecidos.

Ainda em relação à infraestrutura, foi proposta a criação de uma malha subterrânea com canaletas técnicas para a passagem das instalações de água, eletricidade, telefonia, esgoto, prevenção de incêndio, com piso que seria removível e construído em madeira. Com o passar do tempo, a mesma proposta passou por alterações, em que foram adotados dutos enterrados sob as via de locomoção, revestidas em granito. Outro componente importante dessa fase do projeto é a construção de um subsolo, onde nele foram instalados outros ambientes, como por exemplo, banheiros públicos, casa de máquinas, transformadores, dentre outros, (Figura 9).

Figura 09: Banheiro público



Fonte: www.arcoweb.com.br

No que diz respeito à intervenção utilizada para adequar o edifício a espaços para novos usos, o item que chama mais atenção é “a construção de uma plataforma elevada, um pouco acima de dois mil metros quadrados, ou seja, um mezanino que abrigará uma espécie de varanda gastronômica” apresenta Strinberg (2003).

Seguindo tais termos:

Neste ambiente são abrigadas lanchonetes e restaurantes, seguindo padrão de praça de alimentação de um shopping center, que serão abastecidas pelos vários boxes contidos no mercado, servindo as necessidades das pessoas que frequentam o local. O acesso a esse piso ocorre por meio de escadas rolantes em cada uma das extremidades, e por duas torres com o objetivo de circulação com escadas e elevadores para a interligação do subsolo, térreo e mezanino (PESSOTI, 2009).

4.1.2 MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS

Outro exemplo é o Mercado Público Municipal de Florianópolis (Figura 10), é um importante centro comercial da cidade e também um edifício público e histórico de Florianópolis. De acordo com Filion (2010) “o grande destaque do Mercado é a

composição dos blocos que formam o conjunto, que são dispostos em duas alas principais, separadas por um pátio central”. No local ocorrem diferentes tipos de comércio, principalmente na área de alimentos, vestuário, artesanato, além de ser uma área de lazer da cidade tanto para os moradores quanto para os turistas.

Figura 10: Praça de alimentação do mercado de Florianópolis



Fonte: www.arcoweb.com.br

Outro aspecto importante está relacionado à sua interligação com a via pública, configurando um edifício caracterizado pela integração do prédio com o seu entorno. “O Mercado Público de Florianópolis é um bem tombado pelo município, e é considerado uma das mais significativas construções preservadas do Estado de Santa Catarina” segundo descreve Filion (2010) (Figura 11). Enfatizando que as esferas públicas podem ser efetivamente importantes no tratado de respeito à história de uma localidade, independente de seus níveis cooperativos, ou seja, esferas Federal ou Municipal. A esplanada acerca de tais dispostos seguem retificando, reinterando e apresentando melhores pautas para o que compõe os ordenamentos voltados para a cultura de um determinado local. que:

Por ser um edifício de elevado valor cultural, alidado a atividades que estão ligadas tanto no aspecto funcional, quanto sentimental da população, sua

proposta de reforma tem que estar diretamente relacionada principalmete em manter o caráter tradicional e popular do Mercado, e conseqüentemente o respeito pela maioria dos usos e dos comercios estabelecidos (FILHO, 2011, p. 28).

Figura 11: Mercado de Florianópolis restaurado



Fonte: www.arcoweb.com.br

Na proposta de intervenção de pontos importantes a serem pensados são as especialidades de cada um dos estabelecimentos do local, que se quer manter ou substituir, como também as intervenções relacionadas às questões de interesse comum, como pisos das áreas públicas, coberturas, segurança, funcionalidade, conforto, além das canalizações. “Logo, o restauro do edifício envolve, além dos já citados anteriormente, paredes e revestimentos, esquadrias internas e externas, pisos e forros”. (FILION, 2010).

Segundo Filho (2011) uma das alterações mais significativas na proposta de intervenção “foi a alteração do pé-direito dos boxes, em que na maioria dos casos, foram rebaixados, o que permitiu a inclusão do mezanino que funciona como depósito”. Esta alternativa foi pensada em virtude das condições atuais do comércio, como por exemplo a competitividade, pois a grande quantidade de produtos relacionada às áreas de exposição, exigem locais de armazenamento interligados ao estabelecimento, principalmete nos de caráter popular.

Outra intervenção está relacionada ao estacionamento, que está se tornando um dos problemas mais graves nos centros urbanos. “Nesse sentido dispor um espaço livre para esse uso, é de grande importância principalmente para manter a qualidade urbana, seja para as residências, serviços ofertados e até mesmo no ponto de vista comercial”. (FILION, 2010).

Em consonância com a diversidade, deve ser destacado o caráter popular da utilização do Mercado Público de Florianópolis, em que devem ser mantidas suas particularidades, não deixando assemelhar-se aos demais exemplos de comércios repletos de serviços de grifes que são a cada dia mais parecidos no mundo todo, devido a globalização.

4.1.3 MERCADO MODELO DE SALVADOR

Inaugurado em 9 de dezembro de 1912, o Mercado Modelo funcionava como principal centro de abastecimento da cidade de Salvador segundo o site da prefeitura.

Localizado perto do Elevador Lacerda e da turística Baía de Todos os Santos, o Mercado Modelo é parada obrigatória para quem vai a Salvador. O lugar conta com mais de 250 lojas com variados tipos de arte local, como pinturas, rendas, tapeçarias e esculturas de cerâmica (História com Gosto, 2005).

O novo Mercado logo se transformou num dos mais importantes centros de abastecimento da cidade. O Mercado comercializava a grosso e varejo e a variedade de produtos era enorme. Havia também muitos serviços em seu interior, especialmente restaurantes e bares (Mello, 2004, p. 02).

Este foi provavelmente o primeiro edifício inteiramente metálico na Bahia. Tratava-se de um edifício retangular, rodeado por marquises. Estrutura metálica importada, com cobertura, construída por telhas superpostas, de modo a permitir boa ventilação e iluminação naturais (Mello, 2004).

O edifício reproduz formas neoclássicas usadas com frequência na segunda metade do século XIX, com uma planta quadrada e uma construção arredondada ao fundo, que antes servia para atracar os navios de mercadorias.

O primeiro prédio que sediou o Mercado Modelo ficava entre a Casa da Alfândega, prédio atual, e a Escola de Aprendizes de Marinheiro, em frente a rampa do Mercado. Somente em 1971 após mais um incêndio, ocorrido em 1969 que destruiria completamente o antigo prédio, o Mercado Modelo se mudaria para Casa da Alfândega, imponente prédio federal, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 1966 (Prefeitura Municipal de Salvador, 2000).

A história do Mercado Modelo é marcada por tragédias provocadas por grandes incêndios. De acordo com o site da prefeitura o último deles ocorrido em 1984, já no prédio atual, que foi totalmente restaurado respeitando o plano arquitetônico original. Foram introduzidas algumas alterações, como cobertura de telhas coloniais, concreto pré-moldado e novos equipamentos de prevenção de incêndio (Prefeitura Municipal de Salvador, 2000).

Um dos negócios ainda hoje presente é o chamado ramo de "fundamentos do candomblé", onde podem ser encontrados amuletos, objetos de cultos, defumadores, raízes, folhas (Mello, 2004).

Ele é também ponto de encontro de intelectuais, atores, poetas, cantadores além de um espaço artístico e cultural da cidade. E não se poderia deixar de dizer que é um dos principais pontos turísticos de Salvador.

FIGURA 12: Mercado Modelo de Salvador



Fonte: Mercado modelo de salvador

4.1.4 MERCADO MUNICIPAL DE CURITIBA

Fundado em 2 de agosto de 1958, no antigo Largo da Ponte, terreno da atual Praça Zacarias, o Mercado Municipal ficava em um prédio do governo da província do Paraná (Curitibaspace, 2013). Antes de sua criação, várias carroças e vendedores se juntavam em espaços públicos para vender seus produtos.

Com a “reunião” de todos os vendedores em um só espaço, o comércio era mais eficiente. Além disso, era comum alguns problemas quanto à limpeza das vias. Com a mudança, os pequenos centros comerciais e o entorno das igrejas não eram mais usados para esse fim (curitibaspace, 2013).

Cinco anos após a mudança o governo requisitou o uso do prédio, deixando a cidade novamente sem um lugar para a população comercializar seus produtos, até 1873. No dia 11 de outubro de 1874 foi reinaugurado o Mercado Municipal de Curitiba.

O prédio atual é oriundo do Plano Agache¹, ¹que planejava um local ideal para a construção do Mercado. Com a demora, a Prefeitura foi criando feiras características em vários pontos da cidade, levando os feirantes até seus clientes.

Em 1954, Ney Amintas de Barros Braga, recém-eleito prefeito, aprovou a Lei N° 1.136/1955, que dava início construção de um “novo” Mercado Municipal de Curitiba. As obras duraram pouco mais de dois anos, com a supervisão do engenheiro Saul Raiz. No dia 2 de agosto de 1958 acontece a tão esperada inauguração, em um prédio bem próximo a Rodoferroviária de Curitiba (curitibaspace, 2013).

Em 2009 o local foi ampliado com a construção do Mercado Municipal de Orgânicos que é um anexo do mercado.

O Mercado Municipal de Curitiba tornou-se um importante centro de compras na cidade. Onde o consumidor encontra hortifrúti orgânicos, pescados, embutidos, carnes exóticas, queijos, vinhos, comidas típicas entre outras coisas (Mercado Municipal de Curitiba, 2014).

Pode-se aproveitar os restaurantes étnicos na praça da alimentação, onde é ponto de encontro dos curitibanos de diversas gerações e ainda, participar de eventos realizados regularmente dentro do Mercado (Mercado municipal de Curitiba, 2014).

¹ Também teve influência francesa o segundo grande plano urbanístico de Curitiba, encomendado em 1941 á firma paulista Coimbra Bueno & Cia, que por sua vez contratou o arquiteto e urbanista francês Alfredo Agache. O plano foi entregue à Prefeitura de Curitiba em 23 de outubro de 1943.

FIGURA 13: Mercado Municipal de Curitiba



Foto: Divulgação/Facebook/Mercado Municipal de Curitiba

4.1.5 MERCADO CENTRAL DE BELO HORIZONTE

Segundo o *site* do Mercado Central de Belo Horizonte a cidade tinha apenas 31 anos, quando um prefeito visionário decidiu reunir, em um só local, tudo o que abastecia a cidade no quesito alimentação dos 47.000 habitantes. Foi assim que o Mercado Central nasceu, no dia 7 de setembro de 1929, unindo as feiras da Praça da Estação e da praça da atual rodoviária. Em um terreno de 22 lotes, próximo à Praça Raul Soares, o prefeito Cristiano Machado reuniu todos os feirantes, centralizando o abastecimento da população. O terreno tinha 14.000 m² e era descoberto, as carroças e barracas ficavam ao redor da área.

Ainda de acordo com relatos do *Site*, o então denominado Mercado Municipal, com sua atividade intensa, funcionou até 1964, quando o prefeito da época, Jorge Carone, resolveu vender o terreno, justificando não ter condições de mantê-lo funcionando. Para impedir o fechamento do Mercado, os comerciantes se organizaram, criaram uma cooperativa e compraram o imóvel da Prefeitura. No entanto, teriam que construir um galpão coberto na área total do lote no período de cinco anos. Se não tivessem sucesso, teriam que devolver a área à Prefeitura.

Tiveram muita dificuldade, e a duas semanas do fim do prazo dado pela prefeitura, ainda faltava o fechamento da área. De acordo com as informações

contidas no *site*, os irmãos Osvaldo, Vicente e Milton de Araújo decidiram acreditar no empreendimento e investiram no projeto. Contrataram quatro construtoras e cada uma ficou responsável por uma lateral, para que o galpão pudesse ser fechado no prazo estipulado. Ao fim do prazo, os 14.000 m² de terreno estavam totalmente fechados. Os associados, com seu empreendedorismo e entusiasmo, viam seu esforço recompensado.

Assim, bem organizado e com participação ativa dos comerciantes, a cada dia ao longo dos anos o Mercado ampliava suas atividades, expandia seus negócios e se transformava em um núcleo não só de produtos alimentícios, mas também de artesanato e de comidas típicas, tornando-se um dos principais pontos turísticos de Belo Horizonte e um dos locais mais queridos pelos mineiros.

Costa (2006), ressalta que atualmente com mais de oito décadas de vida, o mercado possui mais de 400 lojas, oferece serviço de informações bilíngue, atrai todos os dias milhares de visitantes de todos os lugares do Brasil e do mundo e, em seus corredores, guarda grandes memórias e muitas histórias para contar.

FIGURA 14: Mercado Central de Belo Horizonte



Foto: Divulgação/Mercado Central de Belo Horizonte

4.2 REGIONAL

4.2.1 MERCADO POPULAR DO ENTRONCAMENTO DE BELÉM DO PARÁ

No contexto regional pode-se mencionar o mercado popular do Entroncamento, localizado na cidade de Belém, estado do Pará (Figura 12).

Diferentemente de outros mercados localizados na região sul e sudeste, constitui um espaço a céu aberto, constituída de várias barracas, bancas, carroças e ambulantes com seus tabuleiros que lutam por espaço para comercializar alimentos, produtos e oferecer serviços. Conforme se pode observar na ilustração, o funcionamento desse mercado popular ocorre de maneira improvisada, com condições sanitárias e de higiene que ameaçam a saúde e a qualidade de vida da população em seu entorno e mesmo dos que frequentam aquele lugar.

Na realidade, pode-se afirmar que o grande problema deste mercado a céu aberto é a falta de organização do espaço, sem qualquer padrão arquitetônico que lhe agregue valor, o que evidencia um ambiente confuso, mal planejado, sem qualquer infraestrutura para o atendimento do público que recorre aos produtos e serviços do lugar. Desta forma há o desmerecimento a tipologia de oferta de bons produtos, de ambiente propício, de estudos voltados para este fim, deixando de lado o atendimento à população e retificando a necessária abordagem deste funcionamento.

As barracas têm suas estruturas de metal ou de madeira desgastadas pelo tempo e não obedecem a um mesmo padrão de dimensão, ou seja, elas têm tamanhos diferenciados. Isto é um motivo de discórdia entre os feirantes, pois alguns acabam obtendo maiores privilégios com a ocupação de uma área maior na feira, enquanto que para outros fica reservado o direito de se contentarem com espaços menores, já que o pagamento da taxa de licença pela atividade é igual para todos (TRINDADE JR, 2009, P. 38).

Figura 15: Feira/ Mercado do Entroncamento em Belém-PA.



Fonte: <http://www.revistaea.org/artigo.php>

Outro ponto que gera muita discussão em relação ao mercado do Entroncamento é justamente o número de feirantes e/ou comerciantes que atuam de maneira ilegal, ou seja, não constam no cadastro da Prefeitura Municipal de Belém, junto à Secretaria Municipal de Economia (SECON), “pois estes estariam trabalhando de maneira ilegal, ocupando as vias públicas sem pagar a licença para tal atividade e concorrendo com aqueles feirantes que contribuem junto à prefeitura” analisa Trindade Jr (2009).

4.2.2 MERCADO DO VER-O-PESO DE BELÉM DO PARÁ

Um dos cartões-postais de Belém, o Mercado Ver-O-Peso é considerado a maior feira livre da América do Sul (Teixeira, 2006), com centenas de barracas que vendem uma infinidade de produtos. Leitão (2013) afirma que sua estrutura de ferro foi importada no século XIX e foi mais um dos ganhos da época de ouro do ciclo da borracha no Brasil.

O nome do mercado se deu pelo fato dos moradores de Belém que se dirigiam à área do igarapé do Piri e faziam lá aferição dos produtos que compravam e iam Ver-o-Peso para saber se não estavam sendo enganados por alguns comerciantes. O ato de conferir o peso tornou-se mais substantivo do que objetivo da aferição quanto a língua popular batizou o lugar de “Ver-o-Peso” (Teixeira, 2013).

O Ver-o-Peso constitui-se em um conjunto formado por uma feira e dois mercados, um deles, é o de peixes, todo de ferro, construído com matéria prima importada da Europa e dos Estados Unidos, embarcado, desmontados meticulosamente e remontados aqui (Teixeira, 2013, p. 1).

Segundo Leitão (2013), todo o conjunto arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso e áreas adjacentes foi tombado, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1977. Anos depois, a própria área foi tombada pelo município de acordo com a (LEI ORDINÁRIA nº 7.709, de 18 de maio de 1994) sob o título de Centro Histórico de Belém.

Na ampla faixa ao longo do rio estão acomodadas cerca de duas mil barracas que empregam por volta de cinco mil vendedores (LIMA 2010) encarregados da comercialização diária de produtos vindos da natureza como frutas, peixes, açaí entre outros.

Ali podem ser encontrados uma diversidade enorme de produtos regionais, considerados de boa qualidade e indispensáveis à vida e prática alimentar que formam a base da identidade cultural dos amazônidas.

CAPÍTULO 5 - MACAPÁ SUA CARACTERIZAÇÃO E SETORES

5.1 ECONOMIA

Segundo informações contidas do site do SEBRAE-AP a composição do Produto Interno Bruto – PIB do Amapá demonstra que, ao longo de quase duas décadas, fora o arrefecimento das atividades extrativas minerais e madeireiras, a fisionomia econômica do Estado em quase nada se alterou. Mantendo ainda a excessiva dependência dos recursos públicos, uma vez que os setores primários e secundários que possuem maior efeito multiplicador e sinérgico permanecem com pouca expressividade.

Quadro 1 – Referências Econômicas no Brasil em 2002.

Contas Regionais do Brasil - referência 2002		Participação das			
Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto do					
Brasil a Preço Básico					
2002-2005					
Amapá					
Atividades Econômicas	2009	2010	2011	2012	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	3,16	1,88	2,17	2,10	
Pecuária e pesca	1,03	1,10	1,08	1,10	
Indústria extrativa mineral	1,08	1,77	0,47	0,66	
Indústria de transformação	3,47	3,51	4,20	3,96	
Construção	6,87	6,27	4,49	5,54	
Produção e distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,43	1,73	1,34	1,22	
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,15	12,98	14,02	12,95	
Serviços de alojamento e alimentação	1,27	1,43	1,64	1,38	
Transportes, armazenagem e correio	2,72	4,39	3,78	4,11	
Serviços de informação	1,57	1,90	2,36	2,35	
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	2,05	1,75	1,52	1,88	
Serviços prestados às famílias e associativos	1,29	1,43	2,52	1,18	
Serviços prestados às empresas	2,29	3,11	2,27	2,13	
Atividades imobiliárias e aluguel	10,01	11,27	10,72	11,50	
Administração, saúde e educação públicas	41,60	43,21	45,12	45,85	
Saúde e educação mercantis	6,84	0,97	0,96	0,78	
Serviços domésticos	1,16	1,29	1,33	1,32	

Fonte: CONAC/ IBGE

Segundo a tabela do CONAC/IBGE, a participação das atividades econômicas se concentra a maior parte, na administração, saúde e educação pública, contabilizando 45% das atividades em 2009. Em 2º lugar, está o comércio e serviços de manutenção e reparação, com 12,95% das atividades em 2009. Essas atividades são as maiores responsáveis pela circulação do dinheiro na capital.

Santos (2008) coloca que “em conformidade com o Plano Estadual Ambiental do Amapá (PEA) os setores da economia do Estado se apresentam” de acordo com o exposto abaixo:

5.2 SETOR PRIMÁRIO

Atualmente este setor contribuiu com apenas 3,20% no PIB do ano de 2005 (fonte: IBGE/SEPLAN). A participação dele no PIB nos últimos anos é a mais baixa da economia do Estado.

Quanto à pecuária, podem-se verificar as criações de gado bovino, bubalino (com maior representatividade) e suíno, avicultura. SANTOS (2008) coloca que “a pecuária praticada na planície fluvio-marinha se aproveitando as pastagens naturais, chega a apontar um déficit de 70% no abastecimento do mercado local, merecendo destaque a pecuária bubalina”.

De acordo com Santos (2008), “a pesca é que vem mostrando-se com uma das mais importantes atividades do Estado”. A pesca que mais predomina ainda é a artesanal. A industrial que possui uma prática intensiva em toda a região litorânea do Amapá com nível tecnológico de captura de porte, ainda necessita de estudos mais aprofundados, Porto (2007) ressalta que “somente fazendo-os poderá identificar-se e analisar-se a sua participação no PIB do Estado, pois os benefícios econômicos vão para outros Estados, visto que parte dos barcos pesqueiros não é do Amapá”.

Na agricultura amapaense, verifica-se o cultivo, de produtos como, feijão, arroz, soja, mandioca, dendê e banana:

A agricultura tem pouca participação econômica no Estado, uma vez que há uma baixa tecnificação e também há nos últimos anos uma escassez de incentivos e falta de um plano compatível com a realidade local. Outra fonte de recursos financeiros neste setor é o extrativismo vegetal da castanha-do-pará, açaí, palmito e madeira (SANTOS 2008, p. 45).

5.3 SETOR SECUNDÁRIO

Identificar-se neste setor a existência, dentre outras, de fábricas de tijolos, de engarrafamentos de refrigerantes, industrialização de sucos, palmito de açaí, padarias, vários jornais e movelarias. Este último vem se crescendo consideravelmente no Estado e com isso vem oportunizando muitos empregos na capital.

Considerando o que Santos (2008) fala sobre o setor industrial, relatando que ele ainda apresenta pouca diversificação, apoiando-se nos gêneros da indústria extrativa mineral, da construção civil e de transformação. O autor fala ainda que este setor se caracteriza por uma alta concentração espacial, com 93% do total de estabelecimentos do Estado e 95% de pessoal ocupado localizados nos municípios de Macapá e Santana (Distrito Industrial).

Porto (2007) ressalta que “o Distrito Industrial, criado na década de 1980, teve como justificativa para sua criação fatores como: variação nas exportações de manganês nas décadas de 1960 e 1970”; necessidade de eliminar a dependência do processo extrativo mineral; proximidade de fontes de matérias-primas (madeira, pesca e minérios); facilidades de utilização de vias navegáveis (rios Amazonas e Matapí) e outros. O autor também diz que há atualmente 32 empresas em funcionamento no Distrito, gerando 750 empregos diretos.

Já o subsetor da indústria extrativa mineral tem como destaque na economia amapaense a extração de manganês. Santos (2008) coloca que com o encerramento da exploração deste minério pela Empresa ICOMI, “empresa de mineração que ordenou em seu redor todas as atividades econômicas do ex-Território Federal do Amapá”, os recursos minerais que passaram a ter uma exploração mais expressiva foram: o ouro, cromita e caulim:

A mineração na década de 1990 se destacou, com forte declínio de sua participação no PIB estadual, decorrente da saída de empresas exploradoras de ouro e do manganês. No entanto, ocorreram também fatos positivos: expansão da CADAM no Vale Jarí, como exportadora nacional; extração aurífera por processo mecanizado; e participação de destaque da cromita na exportação nacional[...] (PORTO, 2007, p. 159).

Na capital do Estado, o setor secundário desenvolve-se lentamente devido a questões ligadas, dentre elas, insuficiência do setor energético, distância de grandes

centros consumidores, dificuldades de transporte e também por causa da forte concorrência de Belém e Manaus, que já possuem parques industriais instalados.

5.4 SETOR TERCIÁRIO

Hoje, este setor é o principal na composição do PIB Total com mais de 80% na contribuição. No ano de 2005, Santos (2006) explica que a participação do Amapá no setor terciário do PIB foi de 85,42% mostrando-se um forte setor em desenvolvimento na economia do Estado e isso essa percentagem vem aumentando gradativamente.

As atividades econômicas do Amapá se concentram basicamente nele, que inclui: bares, boates, restaurantes, escritórios diversos, bancos, empresas de serviços etc., a própria administração pública que é responsável pelo grande número de pessoal ocupado e pela maior quantidade de dinheiro que circula no Estado. Sendo o comércio o setor que mais cresce e gera emprego, devido à própria instalação da ALCMS:

Com a Criação da Área de Livre e Comércio de Macapá e Santana esse setor sofreu certa dinamização, porém o crescimento desemprego vem aumento consideravelmente o comércio informal no Estado. O setor de prestação de serviços (bancos, escolas, hospitais e repartições públicas) ainda merece o maior destaque, pois os salários do funcionalismo público ainda são os maiores “aquecedores” do fraco comércio local (SANTOS, 2008, p.92).

O setor do comércio vem mostrando-se muito promissor, pelo que já foi falado, por causa da ALCMS e outros motivos.

Santos (2008) afirma ainda que após as transferências das terras da União para o Estado, esse tipo de cultivo poderá expandir consideravelmente, uma vez que a regularização fundiária das áreas de cultivo tornar-se-á mais fácil e posterior a isso, facilidade também na aquisição de financiamentos através de órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (BASA).

Outra saída que vem se buscando é a integração econômica com o Platô das Guianas e do Caribe. Santos (2008) cita que “com este projeto haverá uma exploração

econômica de fato para fins de comércio, levando em consideração a posição geográfica do Estado”.

5.5 ZONA SUL

Na zona sul da cidade de Macapá as relações comerciais formais e informais são muito presentes. Tal situação não é muito diferente de outras cidades dos ex-Território, cujo protagonista principal é o migrante, atraídos pelos discursos políticos, ou por expectativa de vida uma nova.

Segundo Porto (2007) um dos elementos mais importantes para a definição da forma de Macapá foi a Praça Barão do Rio Branco e Praça Veiga Cabral (sítios urbanos implantados no processo de constituição da cidade pelos portugueses). Ao seu redor foram surgindo os principais prédios e foi nessa área produzida, a partir das praças, que os traçados das ruas tiveram sua origem.

Macapá com status de capital de um Estado, deu origem a uma nova fase acabou acarretando a vinda de muitas pessoas, contribuindo para o surgimento de novas áreas a serem ocupadas, bem como a implantação de novos equipamentos que foram incorporados ao traçado da cidade.

No que se refere às funções das cidades separadamente, pode-se observar em Macapá as funções: comercial (varejista e atacadista); serviços; portuária (circuito inferior); aeroviária e rodoviária.

Macapá e Santana, no que concerne à função comercial, têm como localidade os seus respectivos centros tradicionais em que se observa grande fluxo comercial, apesar de já se observar a formatação de alguns sub-centros. Em seus perfis são observados a profunda relação existente entre a formalidade e informalidade.

Segundo:

As formas comerciais permitem e consolidam a dinâmica das cidades, mas não apenas sobre as estratégias do setor terciário formal, mas também o do informal, misturando produtos e consumidores em uma mesma área. Dessa forma, não se pode separar o centro da cidade entre lugar de atividades formais e informais (Montessoro 2006).

Na função administrativa, o destaque maior é para Macapá por sede de governo, a cidade domina a questão da criação e execução de políticas públicas. Nela estão as secretarias estaduais a Assembleia Legislativa.

A zona central/sul de Macapá é considerada o berço da cidade, pois se trata de uma área onde concentrar os primeiros bairros da cidade, que surgiram em torno

da Fortaleza de São José de Macapá, ponto este responsável pela expansão e crescimento horizontal da cidade. Este espaço abriga um grande contingente de lojas, serviços, bares, restaurantes, espaços públicos e ainda o centro comercial de Macapá, que é responsável por grande parte pelo fluxo de pessoas e da economia local.

Nessa área da cidade, encontram-se alguns dos principais pontos turísticos de Macapá, que são responsáveis por salvaguardar a memória e identidade cultural da cidade, como a Fortaleza de São José de Macapá, o trapiche Eliezer Levy, a igreja de São José de Macapá, o museu Sacaca, a casa do artesão, etc. Com o processo de expansão da cidade acompanhado do crescimento populacional, percebeu-se que existem poucas residências na área central, que mostram a identidade cultural macapaense e que marcaram o surgimento da cidade. Isso devido ao fato do aparecimento de novos edifícios residenciais com vários pavimentos que foram e ainda estão sendo construídos nas áreas antes pertencentes a essas habitações. Dessa forma, percebe-se uma grande disputa por espaço, tornando essa área bastante valorizada e com um alto valor de mercado.

5.6 ZONA NORTE

A zona norte de Macapá que, como a cidade de Macapá tem crescido acima da sua capacidade de atender às demandas sociais e devido às transformações econômicas, espaciais e pela necessidade de crescimento da cidade impulsionado pelo aumento da especulação imobiliária em torno da zona do sul de Macapá, agora o povoamento direcionou-se para a zona norte de Macapá, as margens da rodovia BR-210, onde foi identificado um processo de formação de aglomerações e em seguida o surgimento de polos de crescimento, caracterizados pela concentração de pessoas e atividades econômicas (PORTO, 2009, p. 56).

A zona norte, é caracterizada por grande contingente populacional, e até por seu tipo de ocupação, possui algumas peculiaridades em relação ao centro de Macapá. “Isso porque sua ocupação iniciou a partir da criação do loteamento Jardim Felicidade, através de uma política institucional de doação de lotes sem a mínima infraestrutura”. (SANTOS, 2010).

Esse fato, passou a condicionar a expansão da cidade. A partir daí, ocorreram diversas invasões, de modo que a área foi ocupada de forma aleatória, sem qualquer tipo de planejamento. Por isso, nos deparamos com uma população que vive diversos problemas, principalmente os relacionados a infraestrutura

urbana, como saneamento básico, falta de equipamentos urbanos, ocupação desordenada e parcelamento do solo (PORTO, 2009, p. 78).

Por outro lado, verifica-se um amplo processo de reestruturação, caracterizado por uma nova dinâmica urbana, que tem trazido melhorias e uma reconfiguração espacial. Isso porque, a área se tornou um polo de atração que acaba por chamar a atenção de olhares empreendedores, que viram a área como propulsora de oportunidades e possível crescimento econômico. Por isso, exerce influência direta na configuração do espaço amapaense.

5.7 NORMATIVAS PARA A ÁREA DO MERCADO

Os mercados populares, a partir de sua normatização, ainda hoje tem se constituído em locais de encontro e fluxo de pessoas de diversos segmentos sociais, “além de servirem de ponto de concentração para a comercialização de mercadorias informações, de variadas dimensões sócio espaciais”. (CRETELLA, 2010).

Em geral os mercados populares funcionam ao ar livre, em diversos locais no contexto urbano. Assim, mercados populares podem ser facilmente encontrados em ruas que compõem bairros, terrenos baldios, com produtos para serem vendidos em barracas improvisadas, quando não tem apoio governamental para isso, ou em boxes construídos pelo poder público. “Em muitos mercados populares as mercadorias são expostas no chão, com funcionamento programado uma vez por semana, com influência em nível local ou regional” (PEIXOTO, 2009).

De acordo com:

O mercado popular tem atribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, etc., onde um certo número concreto de compradores e vendedores se reúnem com a finalidade de trocar ou vender e comprar bens e mercadorias. O mercado popular é, portanto, uma instituição econômica e uma prática social, constituída de uma notória dimensão geográfica (MOTA, 2008, p. 35)

Percebe-se no espaço urbano uma convivência de empreendimentos modernos com mercados populares que apresentam uma infraestrutura precária. Assim, entende-se que essa dinâmica espacial de convivência é tratada dentro do que se convencionou denominar de teoria dos circuitos da economia urbana. É com base nisso, entre outros elementos, que as normas e legislações específicas para cada

município são criadas visando adequando-se a cada realidade dos mercados populares.

Segundo essa teoria especifica que:

Em qualquer cidade existe o circuito superior e o circuito inferior. O circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas. Já o circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-capital intensivo', pelos serviços não modernos fornecidos 'a varejo' e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (LIMA 2010, p. 19).

Assim, ao se conhecer a legislação e estudar seus desdobramentos passa-se a entender a dinâmica de funcionamento desses locais, tendo como fundamento as particularidades e na singularidade do lugar. Na realidade pesquisar sobre as normativas referentes aos mercados populares tem como principal contribuição o entendimento a respeito de como são regidos legalmente esses espaços viabilizando um estudo de uma economia urbana em sua totalidade, considerando a economia moderna em contraposição a economia informal.

5.8 ANÁLISE DO TERRENO

O Mercado Central está situado no estado do Amapá na Cidade de Macapá, no Bairro Central Comercial, que é uma região da cidade onde se constituíram os primeiros moradores, dando origem ao centro urbano que foi transformado em cidade, e teve sua verticalização principiada a partir da década de 1950 configurando-se como importante centro comercial e administrativo. Segundo IBGE (2010) sua população era de 17 798 habitantes, sendo 8 176 homens e 9 622 mulheres. Possuía 4 831 residências particulares permanentes, que estavam espalhados em uma área de 4,1 Km².

Figura 16: Localização do Mercado Central na cidade de Macapá



Fonte: Autor, 2016

Outros fatores que colaboraram para a seleção do Local para a intervenção estão relacionados: Com a sua localização, que é em uma área excepcional da cidade oferecendo fácil acesso para o local, visto que os transportes públicos de todas as regiões da cidade de Macapá passam na área em questão.

Como representado na figura abaixo:

Figura 17: Mapa de sentido das vias



Fonte: Autor, 2016.

A malha urbana no entorno do terreno é de uso misto, possuindo usos comerciais, residenciais e institucionais, possibilitando aos usuários do futuro projeto a concentração de vários serviços, conforme a Figura 15.

Figura 18: Mapa de uso do solo



Fonte: Autor 2016

Nesta área não existem muitas árvores devido à grande ocupação dos empreendimentos comerciais e a necessidade de ocupar praticamente todo o terreno e até mesmo as calçadas. Porém algumas que estão presentes na mesma quadra do Mercado foram identificadas como principalmente Ficus de médio de grande porte, e outras espécies no entorno da Fortaleza de São José, como descrito na figura:

Figura 19: Arborização do entorno.



Fonte: Autor, 2016.

A ventilação e orientação solar predominante precisam ser apresentados como pontos norteadores no desenvolvimento de um projeto arquitetônico, pois estão inteiramente ligadas ao comportamento e conforto da edificação ilustrados na figura abaixo:

Figura 20: Ventilação e Orientação Solar.



Fonte: Autor, 2016.

5.9 LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, COORDENAÇÃO DE OBRAS

No desenvolvimento do projeto foram adotados parâmetros constituídos por normas e legislações que dizem respeito à área do empreendimento selecionado e ao tipo de edificação consentida, como o Plano Diretor de Macapá em vigor, suas leis complementares, o código de obras, entre outros.

Segundo o PDDUA, a cidade de Macapá está dividida em 63 bairros, no entanto a área de estudo para a intervenção localiza-se apenas no Setor Comercial (SC).

Segundo a lei complementar Nº 029/2004 – PMM, de 24 de junho de 2004, a área estudada está localizada no Setor Comercial e perímetro urbano de Macapá como indica o Quadro 2.

Quadro 2: Perímetro Urbano em que está inserido o terreno.

Setores	Descrição dos Limites
Setor Comercial (SC)	Área compreendida por parte do bairro Central delimitada pelo polígono que inicia pela confluência da Rua Cândido Mendes (excluída), daí segue até a Av. Padre Júlio Maria Lombaerd (excluída), daí segue até a Rua Tiradentes (excluída), daí segue até a Av. Feliciano Coelho (incluída), daí segue até a Rua Hamilton Silva (incluída), daí segue até a Av. Ernestino Borges (incluída), seguindo por esta até encontrar a Rua Cândido Mendes (excluída), daí até encontrar com o ponto inicial.

Fonte: Lei complementar 077/2011

Em relação ao uso das atividades, o quadro 3 expõe as diretrizes e usos admitidos para o Setor Comercial, norteando o uso das atividades.

Quadro 3 – Diretrizes e usos para o setor.

SETOR	USOS E ATIVIDADES		
	DIRETRIZES	USOS PERMITIDOS	OBSERVAÇÕES
Central - SC	atividades comerciais e de serviços compatibilizados com o uso residencial, controlados os impactos ambientais	Residencial uni e multifamiliar; comercial e industrial níveis 1 e 2; de serviços níveis 1,2,3 e 4	Somente cinema e teatro no uso de serviços nível 3 e nível 4, somente hotel ou pousada.

Fonte: Lei complementar 077/2011.

O quadro 4 exhibe as diretrizes para a intensidade de ocupação e informa parâmetros para a ocupação do solo.

Quadro 4 – Intensidade de Ocupação para o setor Comercial

SETOR	DIRETRIZES DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	CAT		ALTURA DE REFERÊNCIA DA EDIFICAÇÃO (MAX.)	Nº MAX. DE PAVTOS.	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA
		BÁSICO	MÁXIMO				
CENTRAL - SC	Alta densidade verticalização Alta 1, Média e Baixa	2,5	6,00	62,90m (pé direito: 3,0 m)	20	90 %	20 %
	57,20m (pé direito: 2,70 m)						
	Densidade Bruta - DB	Observações		AFASTAMENTOS MÍNIMOS			
	180 hab/hectare	Empreendimentos de grande porte (concentração de pessoas) poderão ter taxa de ocupação de 100% devendo estar sujeitos s condições do EIV.		FRONTAL		LATERAIS E FUNDOS	
	Densidade Líquida - DL 360 hab/hectare			0,10 x H - Vert. Alta 1 e Média		0,10 x H - Vert. Alta 1 e Média	
				0,15 x H - Vert. Baixa		0,15 x H - Vert. Baixa	

Fonte: Lei complementar 077/2011

Quanto as vagas de garagem, segundo a Lei de uso e ocupação do solo do município de Macapá deve conter para galeria comercial e atividades de eventos temporários que é onde se enquadra o Mercado Central, 1 vaga/ unidade comercial. (Lei de Uso do Solo, Macapá-AP).

CAPÍTULO 6 - PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

A partir dos resultados da pesquisa de campo informal, das entrevistas e das análises teóricas, confirmou-se a real necessidade da requalificação do Mercado Central para que ele atenda a população com bom desempenho e conforto para a comercialização de serviços, produtos e também torna-lo um espaço de lazer e diversão para quando o serviço de comercio não estiver funcionando e o espaço ficar ocioso.

A distribuição dos Boxes deverá ser setorizada, de acordo com o tipo de produto comercializado.

Programa de necessidade

Espaço	Descrição	Quantidade	Área
Salão	Salão de beleza e barbearia para o público	1	25,21 m ²
Bar	Destinado a venda de bebidas	1	25,21 m ²
Loja	Para comercialização de produtos em geral	4	14,60 m ²
Restaurante	Destinado a venda de alimentos para consumo no local	2	25,21 m ²
Quiosque	Para a venda de artigos em geral (alimentos, temperos, etc)	20	8,18 m ²
Loja externa	Para comercialização de produtos em geral	4	26,20 m ²
Banheiros	Para uso do público e dos vendedores	4	16,75 m ²
Mezanino	Destinado a eventos de gastronomia e shows culturais	1	538,34 m ²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado reafirma a relevância que a preservação do patrimônio arquitetônico possui para a humanidade, não somente aquele produzido em tempos longínquos da história, mas também as produções recentes. Ter a consciência da importância de se preservar a história edificada de um lugar é vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial do espaço e da história humana, além da responsabilidade para com as gerações futuras.

O trabalho mostrou o quanto o objeto de estudo é relevante para a população, por seus aspectos históricos e físicos, embora atualmente figure quase que como invisível no cenário espacial da cidade, carecendo de maior atenção na garantia da preservação e conservação de sua estrutura por parte dos gestores.

Com base nos estudos apresentados neste trabalho, é, portanto, imprescindível que sejam tomadas atitudes que visam promover a consciência da preservação dos bens históricos do Amapá, sujeita a pena de que no futuro o estado perca os registros de suas raízes iniciais, dificultando o entendimento de sua trajetória histórica, deixando lacunas e comprometendo a compreensão de seu legado no processo cultural amapaense.

REFERÊNCIAS

ALVES, Silvio Navas. **A arquitetura dos mercados e shoppings populares**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

ALVES, Luiz Altieri. **Reflexões sobre a noção de tipo morfológico e o programa arquitetônico**. Dissertação de Mestrado de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

AMORIM, P.S. **Mercados informais e estrutura econômica**. 2 Ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BALTARD, R.; CAILLET, S. A. **Mercados: Arquitetura e planejamento**. 2 Ed. Rio de Janeiro: EDURJ, 2001.

BARBIEUX, A.F. **Mercados no Rio de Janeiro: 1834 – 1962**. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2009

BARBOSA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2009.

BECHARA, Antônio Sizarini. **Arquitetura urbana: Concepções e possibilidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BERGER, P.E. **Planos diretores e estrutura mercadológica**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR no 029/2004 - DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ.

BOITO, Camillo. *Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. trad. Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARVALHO, Édis Evandro Teixeira: **A ARQUITETURA NEOCOLONIAL: A Arquitetura como afirmação de nacionalidade**, 2002.

CEZARE, S. A. **Arquitetura do ferro e arquitetura de mercado**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial – FAPESP, Secretaria da Cultura, 2008, p. 54.

CELMA, J. A. concepção do espaço econômico polarizado. **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 04, n. 07, p. 07-13, set. 2003.

CRETELLA, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: Edusp, 2010.

CURY, P.C. **Estrutura de mercados no Brasil**. 2 Ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DURAND, Lucio M. **Mercados populares e desenvolvimento econômico**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERREIRA, Antônio Fraga. **Mercados populares e urbanização**: Aspectos econômicos e geopolíticos. Porto Alegre: mediação, 2007.

FILION, Pedro N. **Mercados populares e o sistema produtivo capitalista**. São Paulo: EDUSP, 2010.

FILHO, Hélio Pena S. **Arquitetura e urbanismo**: Aspectos técnicos e sociais. Rio de Janeiro: EDURJ, 2011.

FRANCO, L.D. **Estrutura de mercados populares em oposição aos shoppings populares**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2011.

FROTA, José Aldemir. **Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos grandes rios**. Belém: Paka Tatu, 2009.

GAGLIANO, Murilo S. **Patrimônio de mercado, perspectivas e abordagens**. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2004, Campinas. *Coletânea de Textos do I Encontro em Patrimônio Industrial*. Campinas, UNICAMP, 2009.

GRACIOTTO, Leandro Altino. **Mercados populares e comércio informal**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

KESSEL, Carlos: ESTILO, DISCURSO, PODER: ARQUITETURA NEOCOLONIAL NO BRASIL, 1999.

LIMA, Cezar. **Ações Sanitárias na cidade de São Paulo**: mercados e matadouros. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, CEATEC – PUC-Campinas; Orientador: Prof. Dra. Ivone Salgado, 2010.

LIRA, José Tavares Correia de. Ruskin e o trabalho da arquitetura. *Risco (São Carlos)*, v.2, p. 77-86, 2006.

MAIA, O.S. **Desafios da economia informal**: os mercados populares em foco. 3 Ed. São Paulo: Moderna, 2012.

MATOS, Pedro Andrade de. **Mercados populares e desenvolvimento social**: Interrelações e intersecções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MOREIRA, Marcelo L. **Planejamento de mercados populares**. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2010.

MORAIS, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herber, 2009.

MOTA, L.J. **Estrutura de mercado**: Identidades arquitetônicas. 3 Ed. São Paulo: Moderna, 2008.

MONTERIO, Flavia de Azevedo. JOHN RUSKIN: TEORIAS DA PRESERVAÇÃO E SUAS INFLUÊNCIAS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX; UFES. 2009

NATAL, Caion Meneguello: DA CASA DE BARRO AO PALÁCIO DE CONCRETO: A INVENÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO BRASIL (1914-1951), 2013.

NOBELO, H.S. **A cidade no contexto da arquitetura dos mercados**. São Paulo: EDUSP, 2013.

PESSOTI, Roberto Fraga. **Urbanismo e mercados populares**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

PEIXOTO, Ivone dos Santos. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP)**. Universidade federal do Pará - Programa de pós-graduação em geografia -2009.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil. In: RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, p. 09-48, 2008

PORTO, Jadson. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2009.

PORTO, Jadson. L. **Reformatações fronteiriças no Platô das Guianas: (re) territorialidades de cooperações em construção**. Rio de Janeiro: Public, 2007.

POZZOBOM, Bruna. As Teorias De Camillo Boito e sua ligação com a Intervenção para o Museu Rodin de Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci. 2012

RAMOS, F.A. **Mercados populares: repercussões na economia**. 2 Ed. São Paulo: 2012.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*/ John Ruskin; tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 85p. 2008.

SANTOS, Paulo M. **Urbanização e comércio informal: Qual a relação?** São Paulo: Ática, 2008.

SILVA. **Processo produtivo e polarizações mercadológicas**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SILVA, Luiz Andrade da. **Arquitetura e mercados: Aspectos conceituais**. São Paulo: EDUSP, 2008.

STRINBERG, José Manoel Mauor. **Arquitetura de mercados populares: Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender**". In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 2004, Campinas. *Coletânea de Textos do I Encontro em Patrimônio Industrial*. Campinas, UNICAMP, 2003.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro et al. In: PORTO, J. L. R. **Pequenas Cidades e Médias Cidades na Amazônia. A forma urbana de cidades médias na Amazônia: os casos de Macapá e Santana (AP)**. Instituto de Ciências Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009.

VARGAS, Rodrigo Mota. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de Política econômica: o caso do Brasil - IE/UNICAMP**. Minas Gerais. 2009.

VIEIRA. P.S; HAGE, S.V. **Mercados populares: Transformações no espaço das cidades**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

XAVIER, José Alberto. **Planos diretores no Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá, 2011.

Disponível em: <Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/>.
Acesso em: 08/02/2017

Disponível em: <<http://historiacomgosto.blogspot.com.br/2013/02/mercado-municipal-de-sao-paulo-vai-um.html/>>. Acesso em: 08/02/2017

LIMA, M. D. de. Patrimônio cultural: os discursos oficiais e o que se diz no Ver-o-Peso. In: LEITÃO, Wilma M. Org. **Ver-o-Peso: Estudos Antropológicos no Mercado de Belém**. Belém: NAEA, 2010. P

Ver- O- Peso e o Turismo no Pará: Michele Mariana Santos Teixeira (2006).

VER-O-PESO: um mercado de coisas boas e belas

LEITÃO, Wilma Marques UFPA (2013)

Universidade Federal do Pará

Fonte: MELLO, Nadja Tenório Pernambucano de. *Mercado Modelo, Salvador, Bahia. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 08/02/2017

Disponível em: <Fonte: <http://www.prefeituradesalvador.gov.br/mercadomodelo/>>. Acesso em: 08/02/2017

Disponível em: <<http://mercadomunicipaldecuritiba.com.br/sobre-o-mercado/>>. Acesso em: 08/02/2017

Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/planoagache>>
Acesso em: 08/02/2017

Disponível em: <http://curitibaspace.com.br/mercado-municipal/>>. Acesso em:
08/02/2017

Disponível em: <<http://mercadocentral.com.br/sobre/>>. Acesso em: 08/02/2017